

Ser jogado no fogo não agrada Exército

# Temer quer suspender a Constituição Federal somente para favelas

AOG



**PMDB reconduz Jucá, com 13 inquéritos nas costas, à chefia da organização**

Um dos principais políticos investigados no STF, o senador Romero Jucá (RR) foi reconduzido à presidência do PMDB, após prometer dar R\$ 1,5 milhão para a campanha de cada deputado. Romero Jucá é investigado em 13 inquéritos – 7 no âmbito da Operação Lava Jato - e já foi denunciado em três deles.

Página 3

**HORA DO POVO**

ANO XXVIII - Nº 3.609 23 a 27 de Fevereiro de 2018



**1 REAL BRASIL**

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

## Mandado de busca coletivo só se for na garagem do Jaburu

O mandado “coletivo” de busca e apreensão, que o governo quer impor na intervenção do Rio, significa considerar que todos os moradores de uma área – uma rua, um bairro popular, uma favela – são criminosos, portanto, sujeitos à invasão de suas casas. Nessas áreas, a Constituição, que garante a presunção de inocência, estaria suspensa, assim como o princípio de que a Lei – a mesma lei – é igual para todos os cidadãos. Quanto aos criminosos que se homiziam nos bairros ricos, estariam protegidos por todas as garantias constitucionais... **Página 3**

## General Villas Bôas: O Brasil precisa de uma ideologia de desenvolvimento

Marcelo Camargo - ABR



No dia 23 de janeiro, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, participou do seminário “Brasil: Imperativo Renascer”, promovido pela revista Insight-Inteligência, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. “O Brasil foi, da década de 1930 à década de 1950”, afirmou o general Villas Bôas, “o país do mundo, ou um dos países do mundo, que mais

desenvolvimento, havia um sentido de projeto, havia um ufanismo”. “Cometemos o erro de, durante a Guerra Fria, permitir que a linha de fratura passasse por dentro e dividisse a nossa sociedade, foi aí que perdemos o sentido de coesão, perdemos essa ideologia do desenvolvimento, ficamos um país à deriva”, disse. **Pág. 3**

## Trump pensa em armar professor para violência na escola diminuir

Ao receber na Casa Branca sobreviventes do último massacre em escola da Flórida, Trump sugeriu que “professores e diretores portem armas dentro das escolas” para sustentar um tiroteio. **Página 7**

## Para se vingar do povo pela derrota da ‘Reforma’, Meirelles agora fala em “aumentos brutais” de impostos

Em entrevista ao programa 90 Minutos, da Rádio Bandeirantes, na quarta-feira, Meirelles defendeu “aumentos brutais” de impostos no país. “Este ano não haverá aumento de impostos. Agora, no futuro, se não houver

reforma da Previdência, aí será necessário, sim”, disse ao apresentador José Luiz Datena. Como não conseguiram aprovar a reforma para os bancos meterem a mão na grana da Previdência, querem se vingar esfolando todos. **P. 2**

## Planalto corta R\$ 18 milhões da área de segurança do Ceará

O governo Temer desviou R\$ 2 bilhões de programas federais da Saúde, Educação e Segurança. Somente no Ceará, Estado que sofre com a criminalidade, foram mais

de R\$ 18 milhões retirados da pasta. No “Programa de Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública” foram cortados R\$ 145 milhões em 11 Estados. **P. 2**

## Escrevente fez documento para passar sítio para nome de Lula

O escrevente João Nicola Rizzi afirmou na quarta-feira, em depoimento ao juiz Sérgio Moro, que preparou minutos de transferência do Sítio Santa Bárbara, em Atibaia (SP), para o nome de Lula. João Rizzi declarou que, a pedido do advogado Roberto Teixeira, chegou a preparar duas minutas – uma no nome de Jonas Leite Suassuna e outra no nome de Fernando Bittar – e que os documentos teriam Lula ou a ex-primeira dama, já falecida, Marisa Letícia, como compradores. Uma das minutas foi apreendida no apartamento de Lula em São Bernardo, durante a operação da Polícia Federal. **Página 3**



Ricardo Stuckert

**Em Belo Horizonte (MG), Lula diz que não respeita a decisão da Justiça**



## Argentina faz marcha de 400 mil contra o corte de direitos

Os argentinos ocuparam a Avenida 9 de Julho em repúdio ao arrocho e ataque do go-

verno Macri aos direitos trabalhistas. No ato unificado, convocado por seis centrais

sindicais e confederações argentinas, o secretário-geral da CTA dos Trabalhadores,

Hugo Yasky, chamou “todos à defesa da lei legada por Perón e Evita”. **Página 6**

Ipea: Recessão do PT-PMDB fez ricos ficarem mais ricos

Pág. 2



## Roberto Jefferson "declina" de indicar filha para ministério

O ex-deputado Roberto Jefferson, presidente do PTB e ex-presidiário, condenado no mensalão do PT, declarou por meio de rede social que o partido "declina" da indicação da sua filha, Cristiane Brasil, para ocupar o Ministério do Trabalho.

A declaração ocorreu na terça-feira (20), logo após a desistência do governo de colocar em votação na Câmara dos Deputados a famigerada reforma da Previdência. A deputada Cristiane Brasil foi nomeada por Michel Temer no início de janeiro, mas teve sua posse suspensa pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, por ser condenada em ações trabalhistas de ex-funcionários.

Apesar das dificuldades para emplacar a "ministra" - a posse chegou a ser marcada duas vezes e teve que ser cancelada -, Temer vinha insistindo na indicação da deputada porque queria os votos do PTB para aprovar a "reforma".

Porém, ante a constatação de que mesmo com o apoio do partido o governo não alcançaria os votos necessários, ficou evidente que a nomeação da deputada perdera o sentido. Mas, para não pagar o mico, o ladino presidente do PTB correu a dizer que a desistência se deve à "indecisão" da ministra Cármen Lúcia, de julgar o mérito do caso.

"A decisão do partido visa proteger a integridade de Cristiane e não deixar parada a administração do ministério", alegou Roberto Jefferson.

"Integridade" que viralizou nas redes sociais, após a deputada divulgar um vídeo onde aparecia numa lancha, com roupa de banho, rodeada por quatro marmanjos defensores do trabalho escravo.

Jefferson foi aliado do PT, tendo sido preso depois de confessar que recebeu R\$ 4 milhões para apoiar o governo Lula.

# Derrotado na Previdência, Meirelles prevê 'aumentos brutais de impostos'



Oriundo do BankBoston, preposto de Temer tenta assaltar aposentadorias

## Ajuste de Dilma/Temer aumentou a renda dos mais ricos, aponta Ipea

Em plena recessão, a renda total dos mais ricos do país teve um aumento per capita entre 2,2% e 7,5%, durante o período de 2014 a 2016, descontada a inflação do período. Enquanto à renda média do restante da população diminuiu em 3,3%, aponta pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), para o mesmo período.

O estudo realizado com base no demonstrativo "Grandes Números do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF)", relativo ao ano-calendário de 2016, exercício de 2017, da Receita Federal - revela que a renda total do segmento mais rico da população, formado por pessoas que ganhavam mais de 160 salários mínimos por mês, subiu em 2016, para R\$ 399 bilhões, em comparação ao ano de 2013, R\$ 309,6 bilhões, o que mostra um crescimento nominal de 28,9%, em um período em que a inflação média foi

de 26,1%.

A pesquisa também demonstra uma queda no número de contribuintes do topo da pirâmide que declararam renda superior a 160 salários mínimos mensais, no período analisado. Em 2013, eram 71.440 contribuintes, já em 2016, o número de declarantes super-ricos caiu para 67.934 pessoas. Segundo o economista do Ipea, Sérgio Gobetti, "como houve redução do número de pessoas no grupo, o crescimento médio real da renda está entre 2,2% e 7,5%", disse Gobetti, que continuou, "seja qual for à taxa verificada, é um desempenho muito superior ao que se verificou no conjunto dos contribuintes do IRPF, cuja renda per capita caiu 3,3%", explicou.

Os dados são preliminares, conforme o Ipea. Porém, os números sinalizam que o ajuste fiscal imposto por Dilma/Levy e Temer/Meirelles aumentou a transferência de recursos

do setor produtivo para o setor financeiro.

Das 60 milhões de famílias brasileiras, 60 mil vivem da especulação financeira, beneficiadas pelos juros reais nas alturas que levaram ao desemprego milhões de trabalhadores, à desnacionalização e à desindustrialização do país. O resultado dessa política em prol de bancos, fundos estrangeiros, entre outros parasitas, levou o Produto Interno Bruto (PIB) a declinar de 3% em 2013 para 0,5% em 2014, - 3,5%, em 2015 e - 3,6% em 2016, aumentando a renda dos mais abastados.

Segundo Gobetti, o fato é que "a renda com aplicação financeira e lucros e dividendos, aumentou em termos reais, enquanto os rendimentos tributáveis, como salários, caíram mais de 5% no período".

O lucro é tributado apenas quando é gerado e se distribuído na forma de dividendos é isento de impostos.

## Telefônica cara e lerda lucra R\$ 4,6 bi em 2017

A espanhola Telefônica, dona da Vivo, segunda empresa mais reclamada no Brasil de acordo com o ranking do Procon, encerrou 2017 muito bem, obrigada - apesar da crise econômica que, para a população, representa mais miséria e desemprego.

O resultado financeiro da companhia divulgado na quarta-feira (21) mostra que o seu lucro líquido no ano passado foi de R\$ 4,6 bilhões, um crescimento de 12,8% em comparação a 2016. Com isso, a receita da empresa saltou para R\$ 43,2 bilhões, 1,6% maior que no ano anterior.

Enquanto no ano passado a Telefônica declarou crescimento significativo na sua receita, o investimento da companhia foi R\$ 5 milhões menor que em 2016.

Apenas o lucro líquido do quarto trimestre do ano passado foi 24,9% maior que no ano anterior, informou a companhia, que atribui os bons ventos a melhores resultados no setor de telefonia móvel, especialmente a internet móvel. Mas, se engana quem acha que esse

dado representa que mais pessoas estão tendo acesso à internet. Segundo a Pnad Contínua, do IBGE, mais de 35% da população sequer tinha internet em casa ou acesso fora dela - em escolas, trabalho ou espaços públicos, por exemplo, em 2016.

A razão do aumento do lucro das companhias de telecomunicações está exatamente expressa na justificativa dos que mantêm "desconectados": o serviço é caro, principalmente para a qualidade que tem. No caso da telefonia móvel, o Brasil tem as tarifas entre as mais caras do mundo. As teles estrangeiras também contam com uma ajuda especial para manter seus lucros astronômicos, remetidos para suas matrizes no exterior. São os inúmeros esforços da Anatel (agência "reguladora" das telecomunicações) para isentá-las das multas pela péssima qualidade de serviço prestado e ausência de investimentos no setor.

O dispositivo para isso chama-se Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que prevê a troca do pagamento de multas por compromissos

de "investimento". O TAC bilionário negociado entre a Anatel e a Telefônica atualmente - da ordem de R\$ 3 bilhões - é amplamente criticado por se tratar de um acordo de implantação de fibra ótica em cidades do país em que a empresa já detém o monopólio do serviço e, portanto, já seria sua obrigação inerente realizar a implantação dessa melhoria.

Firmadas no modelo de privatização de FHC nos anos 90, as teles estrangeiras ainda contam com extenso apoio do governo federal e parlamentares para aprovar um novo marco regulatório que as beneficiará ainda mais. A proposta, que começou a ser discutida pelo ministro das Teles do governo Dilma, Paulo Bernardo, o mesmo que deu R\$ 6 bilhões de isenções às teles, prevê tornar dispositivo legal a anistia da multa por troca de "investimentos" e ainda dispensá-las de devolver à União, ao fim das concessões, o patrimônio físico que vêm usando e administrando desde a privatização do setor. Temer quer aprová-la ainda este ano.

PRISCILA CASALE

## Dirceu é réu pela 3ª vez na Lava Jato

O ex-ministro José Dirceu, que já tem duas condenações que somam penas de 41 anos de prisão, virou réu pela terceira vez na Operação Lava Jato. O juiz Sérgio Moro, que comanda os processos da operação em primeira instância, aceitou na terça-feira (20) a denúncia contra ele no caso de propina paga pelas empreiteiras Engevix e UTC.

A acusação envolve 33 crimes de lavagem de dinheiro, cometidos entre abril de 2011 e outubro de 2014. Segundo o Ministério

Público Federal (MPF), a propina que foi paga para obtenção de fraude em licitações da Petrobrás chegou a R\$ 2,4 milhões.

O juiz também aceitou as denúncias contra Luiz Eduardo de Oliveira, irmão de Dirceu; Gerson de Melo Almada, ex-executivo da Engevix; e Valmir Pinheiro Santana, ex-executivo da UTC. No entanto, Moro ponderou que todos os réus nesta ação já foram condenados na Lava Jato e decidiu suspender o processo por um ano.

Ao abrir a nova ação

penal, Moro ressaltou que "quanto aos pagamentos da UTC a JD Assessoria (empresa de Dirceu), há a prova documental e a inusitada realização de pagamentos mesmo quando José Dirceu de Oliveira e Silva já estava condenado criminalmente na Ação Penal 470 (o processo do mensalão)".

Preso em agosto de 2015 no Complexo Médico-Penal em Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, em maio de 2017, José Dirceu deixou a prisão com tornozeleira eletrônica.

Para garantir os ganhos dos bancos, meta do ministro é esfolar ainda mais a população

Em entrevista ao programa 90 minutos, da Rádio Bandeirantes, na quarta-feira (21), Meirelles defendeu "aumentos brutais" de impostos, caso não seja aprovada a reforma da Previdência. "Este ano não haverá aumento de impostos. Agora, no futuro, se não houver reforma da Previdência, aí será necessário, sim", disse.

Ou seja, como não conseguiram aprovar a reforma para os bancos meterem a mão nos recursos da Previdência, a forma que o Meirelles achou para ampliar os ganhos dos bancos é esfolando ainda mais a população, através do aumento de imposto.

Ainda na quarta-feira, o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que não há condições de aprovação na Casa qualquer proposta de aumento de impostos. "Aqui na Câmara não passa nenhuma criação de imposto. Se alguns pensam num aumento de receita, a gente pode tratar de redução de despesa. Podemos começar reduzindo o número de ministérios, pode ser um caminho para reduzir despesas", declarou.

Maia voltou a afirmar que Temer sugeriu a criação de um imposto para custear gastos com segurança pública. Ele disse que explicou a Temer - considerado "especialista" em Direito Constitucional - que não tem como aprovar essa matéria, pois, se votar por projeto de lei, a medida só valeria para o próximo ano, caso fosse aprovada. Por emenda constitucional é impossível a votação, por conta da intervenção no Rio.

Perguntado pelo apresentador José Luiz Datena se a reforma da Previdência estava "sepultada", Meirelles disse que "sepultada, não. Está suspensa até que seja encerrada a intervenção no Rio, que é assunto prioritário e fundamental, não poderia ser adiado. Terminado isso, a Reforma é pauta número 1".

Ocorre que, segundo o texto aprovado na Câmara dos Deputados, a intervenção no Rio de Janeiro vai até 31 de dezembro deste ano. Nesse período, estão proibidos tramitação e votação de emendas constitucionais, como é o caso da reforma da Previdência de Temer/Meirelles. Ou seja, em 2017 o achaque à Previdência foi para o espaço. Ano que vem é outra conversa, outro governo, outro Congresso e as forças nacionais e populares devem ficar atentas a qualquer tentativa de ataque à Previdência Social.

Ele disse ainda que "o déficit [da Previdência] vai crescendo a cada ano. Daqui dez anos, a despesa com as previdências deve chegar a 80% do orçamento da União. A questão é quando será feita essa reforma". É a surrada conta de chegar já desmontada e desmoralizada pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e pela CPI da Previdência. Infla-se as despesas e diminui-se as receitas, misturando o Orçamento fiscal com o Orçamento da Seguridade Social - da qual faz parte a Previdência -, que tem financiamento próprio.

Uma das formas da diminuição da receita é a utilização da Desvinculação de Receitas da União (DRU). Segundo a Anfip, "entre 2005 e 2016, o valor médio de recursos desviados da Seguridade Social pela DRU foi de R\$ 52,4 bilhões, ou seja, da mesma ordem de grandeza da média dos superávits da Seguridade

no mesmo período". Cabe a pergunta: como é possível desviar mais de R\$ 50 bilhões de um setor que supostamente seria deficitário?"

Para a Anfip, "A histórica renovação da DRU, sob as mais diversas denominações, desde 1994, demonstra o aspecto superavitário do Orçamento da Seguridade Social, que sempre foi o principal alvo da desvinculação".

Além da intervenção no Rio, outro factóide criado por Temer foi o anúncio de uma "nova pauta prioritária", constituída de 15 projetos, em sua grande maioria já em tramitação no Congresso. Rodrigo Maia considerou a pauta como "café velho e frio", um "desrespeito ao Congresso" e um "abuso". Assim, Maia esfriou as chances de aprovação das medidas: "Foi um anúncio precipitado o de ontem [dia 19], sem diálogo mais profundo, acho que não colabora. E essa não será a pauta da Câmara". Meirelles desconversou e disse haver "um mal-entendido" e que o Congresso é "soberano".

### BANCA

Um dos projetos que o governo pretende aprovar é a autonomia do Banco Central - autonomia administrativa, econômica, financeira e técnica. Há vários projetos sobre o tema tramitando no Congresso. Um deles é o Projeto de Lei 102/2007, que dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional, de autoria do ex-senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que tem como relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Armando Monteiro (PTB-PE). Ele anunciou que vai retirar do seu parecer a autonomia do BC por achar que a iniciativa deve ser do Executivo. Há também a Proposta de Emenda à Constituição 43/2015 (PEC 43), de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), mas que não pode ser votada neste ano por causa da intervenção federal no Rio.

De acordo com reportagem do jornal Valor Econômico, Jucá - alvo de 13 inquéritos no STF, sete no âmbito da Lava Jato - estaria articulando em nome do governo um projeto a partir de várias propostas apresentadas por senadores nos últimos anos, no qual o BC teria duplo objetivo para a política monetária, com meta de inflação e nível de emprego, tal qual o FED, Banco Central dos Estados Unidos. Aliás, o modelo norte-americano é citado como exemplo na justificativa do PLS 146/2016, apresentado pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ), que dispõe sobre a atuação do BC brasileiro.

Realidade dos fatos. O FED não busca a "manutenção do pleno emprego" coisa nenhuma. Busca manter e ampliar os ganhos dos bancos. No Brasil, a autonomia do BC seria uma carta branca para os bancos, sobretudo estrangeiros. Atualmente, quase metade do Orçamento da União é para pagamento de juros e amortização da dívida pública. Com a independência, o BC ficaria completamente afastado dos compromissos do Estado, ficando atrelado de vez aos interesses dos banqueiros e demais parasitas. Achar que o BC vai implantar uma política de busca pelo emprego é pura ilusão. A política do BC atual já é assim: pelo sim, pelo não, mantêm os juros reais na estratosfera, o que é completamente contraditório com desenvolvimento econômico e geração de emprego.

VALDO ALBUQUERQUE

## Monitor do PIB 2017: taxa de investimento é a menor desde 2001

A economia brasileira continua no fundo do poço e, segundo o Monitor do PIB da Fundação Getúlio Vargas, vai fechar o ano de 2017 em torno de ZERO. Ainda assim, o monitor estima que será de 1,0%, puxado pela agricultura (12,8%), com a produção do setor voltado basicamente para as exportações, setores primários como soja, milho, entre outros grãos, beneficiados pela super safra do ano passado.

Já a indústria terá uma variação positiva de 0,1% nas suas atividades em relação a 2016. Uma miséria, e ainda com a extração mineral, mais um produto primário, com 4,5% de crescimento, respondendo por esse aumento. A construção civil amargou 5% de queda e os demais ramos industriais ficaram estagnados.

O setor de serviços, incluindo o comércio, teve uma variação de apenas +0,3% e o comércio de +1,8%. O consumo das famílias teve uma variação de

+1,1% sobre 2016. Tudo na linha d'água.

Ainda que o Monitor do PIB tente retratar uma "economia em franca recuperação", fazendo coro com Temer e Meirelles, os resultados são "muito piores quando comparado com a série histórica iniciada em 2001", segundo o próprio Monitor.

"A produtividade da economia, que alcançou o pico em 2013, tem se reduzido desde então e em 2017 é inferior à de 2010. Chama a atenção o desastre da indústria de transformação cuja produtividade é a menor da série do Monitor do PIB-FGV iniciada em 2001".

"A Formação Bruta de Capital Fixo (investimento) teve em 2017 um valor inferior ao de 2008, enquanto que o valor do Consumo das Famílias para este mesmo ano é inferior ao de 2012. De acordo com o Monitor do PIB-FGV, a taxa de investimento da economia brasileira foi de 15,7% em 2017, a menor da série histórica iniciada em 2001".

## Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



### HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto  
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21  
Liberdade - CEP: 01509-001  
São Paulo-SP  
E-mail: inc24agosto@uol.com.br  
C.N.P.J. 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br  
E-mail: comercial@horadopovo.com.br  
E-mail: hp.comercial@uol.com.br  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000  
**Sucursais:**  
**Rio de Janeiro (RJ):** IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: hprj@oi.com.br  
**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br  
**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: horadopovomg@uol.com.br  
**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br  
**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: horadopovo@yaho.com.br  
**Belém (PA):** Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deus, 140 Curió-Utingas - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823  
**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Reprodução

## É uma sangria para o Tesouro, alerta “Grandes grupos dominam os contratos públicos”, denuncia jurista Léo Alves

“No processo de reorganização da administração federal, o novo presidente deverá rever o sistema de contratações públicas para estancar a sangria do Tesouro e, ao mesmo tempo, desenvolver racional e honestamente o mercado nacional”, defendeu o jurista Léo da Silva Alves. Ele explica que o percentual de dinheiro público embolsado pelos corruptos representa 3% das verbas públicas: “Parece pouco, mas é um montante muito alto em valores absolutos e é uma prática que deve ser combatida; mas o pior está no sobrepreço de até 19% que as empresas colocam nos contratos que celebram com a administração”.

“A legislação, que foi feita para garantir a lisura dos contratos e a economicidade, não está alcançando o seu objetivo”, prossegue o professor Léo, que alerta, ainda, que “os cartéis, os grandes grupos econômicos e as empresas internacionais” têm interesse que assim continue. Isso porque, segundo ele, “possuem estruturas para driblar todos os controles, fraudar os certames licitatórios com influências financeiras e políticas e um batalhão de contadores, advogados e lobistas para abrir as portas e cumprirmos as exigências legais que são, na verdade, disfarces para afastar concorrentes honestos”.

“As pequenas e médias empresas não têm como concorrer nessa terra de ninguém; ou também precisam aumentar preços para cobrir a burocracia burra que lhes é imposta”, observa o jurista, que há 30 anos estuda e escreve sobre a matéria, tendo recebido em janeiro último a Comenda Rui Barbosa, a mais alta distinção outorgada em representação dos 33 tribunais de contas estaduais e municipais do país. Leia matéria completa em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

André Borges/Folhapress



Irmãos Joesley e Wesley Batista, donos da JBS

## STJ livra da prisão Wesley Batista, dono da J&F/JBS

Wesley Batista, um dos donos da J&F, deixou a carceragem da Polícia Federal (PF) em São Paulo na madrugada da quarta-feira (21). Ele e o irmão Joesley tiveram a prisão preventiva substituída por medidas cautelares, por decisão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Joesley, porém, segue preso porque existe um segundo mandado de prisão contra ele.

A decisão, por 3 votos a 2, foi tomada no âmbito do processo em que os irmãos são réus, acusados de ganhos ilegais no mercado financeiro. Mesmo estando em liberdade, Wesley terá de comparecer se-

manalmente ao Fórum Criminal Federal de São Paulo. A medida ocorre porque não há tornezoleira eletrônica disponível no momento. Ele também deverá cumprir outras medidas cautelares definidas pelo STJ.

Apesar de ter fechado acordo de colaboração premiada com o Ministério Público, Wesley estava preso desde setembro por suspeita de usar informações privilegiadas para lucrar no mercado financeiro, o chamado “insider trading” – ele é acusado de ter utilizado sua delação para lucrar com venda de ações e compra de dólares quando suas denúncias foram divulgadas.

## “Privatização da Eletrobrás e autonomia do BC nem pensar”, repele Ciro Gomes

O ex-ministro Ciro Gomes, pré-candidato do PDT à Presidência da República, repeliu as malfadadas 15 medidas econômicas anunciadas pelo governo de Michel Temer em substituição à “reforma” da Previdência.

“Essas 15 medidas são, por enquanto, um apanhado de manchetes”, disse o ex-ministro. “Privatização da Eletrobrás e autonomia do Banco Central nem pensar”, destacou Ciro. “Nenhum país do mundo entrega ao capital estrangeiro o manejo da sua infraestrutura

hídrica”, alertou Ciro, terça-feira (20), durante evento promovido pelo jornal “Folha de S. Paulo”.

Leia matéria completa no [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

Reprodução/TV Band



Pré-candidato do PDT

## Justiça condena juiz do porsche de Eike a 52 anos e dois meses

O juiz federal Flávio Roberto de Souza, que foi flagrado há 3 anos dirigindo o porsche de Eike Batista, apreendido pela Justiça, foi condenado a 52 anos e dois meses de prisão por peculato e lavagem de dinheiro, em dois processos que tramitaram na Justiça Federal no Rio de Janeiro.

A sentença deter-

mina ainda a perda do cargo de magistrado e o pagamento de multa de R\$ 599 mil. As decisões são do juiz Gustavo Pontes Mazzocchi, da 2ª Vara Federal Criminal da capital fluminense. Elas foram emitidas nas últimas sexta (16), e segunda-feira (19).

Ler mais no site [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

# Mandado de busca coletivo no Planalto seria bem-vindo



Fábio Rodrigues Pozzebom/ABR

General Villas Bôas defende um projeto nacional de desenvolvimento

## Comandante do Exército: “o Brasil não precisa e não deve aceitar lições de quem quer que seja”

“O Brasil não pode e não precisa e não deve aceitar lições de quem quer que seja”, afirmou o comandante do Exército, general Eduardo Dias Villas Bôas.

A declaração acima foi feita pelo comandante do Exército, no dia 23 de janeiro, em palestra no seminário “Brasil: Imperativo Renascer”, promovido pela revista Insight-Inteligência, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Para o general, em “relação a um projeto nacional, o país, o Brasil pela sua dimensão, pelas características que tem, não pode prescindir de uma ideologia que lhe dê um caminho,

não estou me referindo a ideologia política”.

“O Brasil foi, da década de 1930 à década de 1950”, afirmou o general Villas Bôas, “o país do mundo, ou um dos países do mundo, que mais cresceu. Havia uma ideologia de desenvolvimento, havia um sentido de projeto, havia um ufanismo, os mais velhos vão lembrar da década de 1960, vivendo lá o momento Juscelino, Brasília sendo construída, aterro do Flamengo, aterro de Copacabana, campeão do mundo de futebol, campeão do mundo de basquete, Maria Esther Bueno no tênis, Eder Jofre no boxe, enfim, ha-

via um ufanismo e um otimismo muito grande. Éramos o país do futuro. Cometemos o erro de, durante a Guerra Fria, permitir que a linha de fratura passasse por dentro e dividisse a nossa sociedade, foi aí que perdemos o sentido de coesão, perdemos essa ideologia do desenvolvimento, sentido de projeto, ficamos um país à deriva”.

**Confira a íntegra da palestra do comandante do Exército em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br) ou no link <http://horadopovo.org.br/general-villas-bôas-o-brasil-precisa-de-uma-ideologia-de-desenvolvimento/>**

## Funcionário de cartório revela que fez textos de transferência do sítio para o nome de Lula

O escrevente João Nicola Rizzi afirmou na quarta-feira (21), em depoimento ao juiz Sérgio Moro, que preparou minutos de transferência do Sítio Santa Bárbara, em Atibaia (SP), em que Lula aparece como comprador.

João Rizzi declarou que, a pedido do advogado Roberto Teixeira, chegou a preparar duas minutas – uma no nome de Jonas Leite Suassuna e outra no nome de Fernando Bittar – e que os documentos teriam Lula ou a ex-primeira dama, já falecida, Marisa Leticia, como compradores. Funcionário de um cartório de São Paulo, ele disse que o caso tramitou por um tempo e depois “estacionou”.

Jonas Suassuna e Fernando Bittar são sócios do filho do ex-presidente, Fábio Luis Lula da Silva. Cada vez mais consolidam-se provas de que Lula é o proprietário

oculto do sítio e que Suassuna e Bittar são laranjas. As obras, conforme a denúncia do Ministério Público Federal (MPF), serviram para adequar o imóvel às necessidades da família do petista.

O depoimento ocorreu na ação penal em que o ex-presidente é acusado de receber reformas no sítio como propina. De acordo com o MPF, Lula recebeu propina de seis contratos firmados da Petrobrás com a Odebrecht e a OAS. Conforme a denúncia, as melhorias na propriedade totalizaram R\$ 1,02 milhão. Uma das minutas foi apreendida no apartamento de Lula em São Bernardo, durante a operação da Polícia Federal, em que aconteceu a condução coercitiva do ex-presidente.

Na quarta-feira (22), os advogados de Marcelo Odebrecht apresentaram 21 e-mails trocados entre

o empresário e funcionários da empreiteira que, segundo eles, comprovam a negociação envolvendo a compra do terreno para o Instituto Lula.

Segundo a defesa do empreiteiro, as mensagens reforçam o que ele disse no acordo de colaboração premiada a respeito da compra, pela Odebrecht, do terreno que abrigaria a sede do Instituto Lula, em São Paulo, em setembro de 2010.

Em um desses e-mails, o ex-executivo da Odebrecht, Paulo Melo, pede que o setor de propinas do grupo programe três pagamentos e solicita que Marcelo os autorize. Os mesmos valores aparecem na planilha Italiano, relacionados à linha “prédio II”. De acordo com a força-tarefa, Italiano é uma referência ao ex-ministro Antônio Palocci, que confessou gerenciar pagamentos ilícitos.

## Para Lula, a “Justiça é mentirosa”

Depois de sua condenação em segunda instância a 12 anos e um mês de cadeia por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, Lula dá mostras de que não está mais tão seguro de que poderá disputar as eleições, e nem mesmo se estará livre até lá. O “estou candidato”, dito por ele, em Belo Horizonte a ansiosos militantes, reunidos na quarta-feira (21) no espa-

ço de eventos Expominas, foi revelador de que nada está garantido no futuro do partido.

Para tentar animar a militância sobre os destinos do PT, Lula voltou a atacar violentamente a Justiça. Disse mais uma vez que está sendo perseguido. “Eu não respeito a decisão que foi tomada contra mim porque sei que ela é mentirosa, política e

não está baseada nos autos do processo”, afirmou. “Não tenho medo, podem até tentar me prender”, blefou Lula, em mais um de seus arroubos. Antes eles eram contra o Moro, agora já são quatro juizes a serem atacados por concluírem que ele cometeu crime contra o Erário.

Ler mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

SERGIO CRUZ

## PMDB reconduz ladrão à presidência

Um dos principais políticos investigados no Supremo Tribunal Federal (STF), o senador Romero Jucá (RR) foi reconduzido à presidência do PMDB. A decisão, que alonga o mandato de todo o comando do partido até 2 de março de 2019, foi tomada na última quarta-feira (21) pela própria executiva nacional do partido.

Romero Jucá é investigado em 13 inquéritos (sete dos inquéritos estão no âmbito da Lava Jato) e já foi denunciado em três deles. As denúncias foram oferecidas ao STF em agosto de 2017, pelo então procurador-geral

da República, Rodrigo Janot, sob acusação de ter recebido R\$ 150 mil em propina para favorecer a Odebrecht na tramitação de duas medidas provisórias; corrupção na Transpetro; e favorecimento ao grupo Gerdau.

As acusações contra ele estão inscritas no âmbito das investigações de corrupção apuradas pelas operações Lava Jato e Zelotes, ao pagamento de propina na construção da hidrelétrica de Belo Monte e na Transpetro, uma subsidiária da Petrobrás.

O senador é líder do governo Temer no Senado,

assim como liderou os governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Lula (PT) e Dilma Rousseff (PT).

Além da recondução da direção nacional, a reunião da cúpula peemedebista também definiu os termos da distribuição dos recursos do fundo eleitoral para campanhas a deputado e senador, com vistas às eleições de outubro próximo. Cada deputado federal receberá R\$ 1,5 milhão para tentar se reeleger, enquanto os senadores irão ganhar R\$ 2 milhões.

Leia mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## Governo de corruptos e fariseus pretende suspender a Constituição nas favelas e bairros mais pobres do Rio

Todos os juristas do país – se há exceção, e deve existir, ela é tão insignificante, que passou despercebida – declararam que os mandados “coletivos” de busca e apreensão, pretendidos pelo governo para a intervenção federal no Rio de Janeiro, são ilegais, inconstitucionais e discriminatórios no pior sentido da palavra.

Como aponta o professor, de Direito Penal, João Paulo Martinelli: “O mandado coletivo parte do pressuposto de que as pessoas de determinada área são criminosas e, por isso, o Estado poderia invadir suas residências em busca de armas, drogas e pessoas procuradas”.

Uma jurista, a defensora pública Carolina Haber, vice-presidente do Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, foi direto ao ponto: “Nunca haveria um mandado coletivo para que a Polícia Federal entrasse em cada apartamento do Leblon em busca de sonegadores, mesmo que os indícios apontem para a existência de vários naquela região da cidade. A aceitação do mandado coletivo em determinadas regiões equivale à suspensão da Constituição nas áreas mais pobres da cidade. Constituição que não vale para todos não é carta de direitos, é rol de privilégios.”

### INOCÊNCIA

Pois não é a existência de criminosos em certos bairros que motiva a pretensão desses mandados “coletivos”. Nos bairros ricos, o que não falta são criminosos – desde os traficantes que abastecem a demanda mais endinheirada por tóxicos até os ladrões, de casaca ou sem casaca, que têm apartamentos na avenida Vieira Souto (o Meilletes tem um apartamento lá) ou nos Jardins, bairro paulistano onde o atual presidiário Antonio Palocci gastou parte do que roubou.

Mas ninguém pretende um mandado “coletivo” para revistas mansões e apartamentos nos Jardins ou na Vieira Souto.

Em suma, trata-se de suspender a presunção de inocência de uma população inteira – de uma rua, de várias ruas, de um bairro popular, de uma favela -, substituindo-a por uma presunção de culpa, inclusive (e, aliás, principalmente) em cima de gente honesta, de trabalhadores, empregados ou desempregados, que cometeram o crime de ser pobres.

Portanto, trata-se de suspender o artigo 5º da Constituição, que garante a presunção de inocência, apesar deste ser uma das “cláusulas pétreas” da Carta de 1988, que não podem ser mudadas nem por emenda constitucional.

O que se está discutindo, portanto, é se a lei – a mesma lei – vale para todos ou se o cidadão que mora em um bairro popular, numa favela, pode ser excluído da lei, somente porque não mora em um bairro rico, ou seja, somente porque não tem dinheiro.

A Drª Carolina Haber se refere ao artigo 5º, inciso XI, da Constituição: “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”.

Não é preciso qualquer mandado ou determinação judicial para prender alguém em “flagrante delito”. O traficante que, armado com um fuzil, metralhadora ou alguma outra arma privativa das Forças Armadas, entrar numa casa – mesmo que seja a sua casa – não estará (e não está) protegido pela inviolabilidade do lar, porque esta não protege criminosos em flagrante delito.

Mas, se não for esse o caso, a “determinação judicial” é regida pelo artigo 243 do Código de Processo Penal: “O mandado de busca deverá: I - indicar, o mais precisamente possível, a casa em que será realizada a diligência e o nome do respectivo proprietário ou morador; ou, no caso de busca pessoal, o nome da pessoa que terá de sofrê-la ou os sinais

que a identifiquem”.

Mesmo quando não houver número da casa ou nome da rua – é possível pensar numa situação desse tipo, em alguns bairros populares – é preciso indicar o local por seus pontos de referência.

Por isso se fala tanto em “trabalho de inteligência” no combate ao crime organizado. Porque não é possível partir do pressuposto de que, em um bairro ou uma rua, todos são criminosos até prova em contrário – pela simples razão de que não são.

Até porque, além de ilegal, não seria produtiva essa criminalização antecipada da população. Tudo o que se poderia conseguir com esses mandados “coletivos” é a absolvição dos criminosos, por anulação das provas obtidas por meio de mandados ilegais e inconstitucionais. Como lembra o jurista João Rossi, “os mandados coletivos de busca e apreensão podem trazer consequências ainda mais catastróficas, pois, afinal, se o ato é ilegal e inconstitucional, tudo que é fruto deste ato possui vício e não pode ser usado. O trabalho e dinheiro público investido perdem-se”.

Na verdade, tudo isso já aconteceu, já foi julgado e decidido pela Justiça, inclusive, no Rio de Janeiro, em que o Tribunal de Justiça recusou mandados “coletivos” para a Cidade de Deus, as favelas do Jacarezinho, Manguinhos, Mandela Bandeira 2 e para o Conjunto Habitacional Morar Carioca/Trigem.

Que tenhamos, a essa altura dos acontecimentos, de entrar em questões como a de que a lei deve ser igual para todos, princípio proclamado em 1789 pela Revolução Francesa (portanto, há mais de dois séculos), é a medida do atraso a que os servos do neoliberalismo – os Fernando Henrique, Lula, Dilma, Temer – levaram o país.

Inclusive em questões ainda mais elementares. Por exemplo, a de que é errado roubar, algo que já está nos 10 Mandamentos, que Moisés teria recebido de Jeová por volta do ano 1.500 Antes de Cristo - ou seja, há 3.500 anos.

Apesar dessa antiguidade milenar – e de não ser preciso qualquer lei para determinar que é errado roubar, embora existam várias para punir quem desrespeita o princípio -, Temer recebe propina (ou seja, rouba dinheiro do povo, pois é do nosso dinheiro que sai a propina), e continua no Planalto.

Roubar é errado, mas Lula, depois de roubar e ser condenado por roubar, acha que o problema são os juizes que, após um exame minucioso das provas contra ele, o condenaram em duas instâncias (cf. o embargo declaratório de Lula em relação à sentença do TRF-4, páginas 8 a 174).

Quanto ao ilustre senador Aécio Neves, existe até o vídeo de 30 minutos, em que esse ladrão acerta uma propina de R\$ 2 milhões com o capo da JBS – mas o Senado recusou autorização para que ele fosse submetido até mesmo a medidas cautelares.

Temer, Lula, Aécio, Padilha, Moreira, Cunha, Geddel – e mais algumas dezenas de pilantras – constituem uma oligarquia política para a qual o certo é roubar – e roubar o povo.

### PAPEL

Quanto a este último, se eles pudessem usar o Exército para reprimi-lo, é claro que o fariam. Seria o sistema perfeito: roubo em cima e pau embaixo. Se pudessem submeter o povo a um perpétuo “mandado coletivo de busca, apreensão e captura”, com as Forças Armadas garantindo o roubo de meia dúzia, é claro que se pudessem...

No entanto – e a conferência do comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, que reproduzimos em nosso site ([General Villas Bôas: o Brasil precisa de uma ideologia de desenvolvimento](http://www.horadopovo.org.br/general-villas-bôas-o-brasil-precisa-de-uma-ideologia-de-desenvolvimento)), o demonstra – as nossas Forças Armadas não são compostas de bonecos que se prestem a esse papel.

CARLOS LOPES

# Por arrocho, Temer corta R\$ 2 bi da Saúde, Educação e Segurança

Para garantir imposições da PEC 55, governo desviou verbas de programas federais para manter o FPM

Tentando emplacar uma agenda positiva, o governo Michel Temer (PMDB) aprovou no Congresso Nacional, nesta terça-feira (21), o Projeto de Lei 1/18, que destina R\$ 2 bilhões aos municípios, mas escondeu que os recursos não se tratam de novos investimentos – que estão vetados pela PEC 55 – mas sim corte de verbas federais que seriam empregadas em Segurança, Saúde e Educação.

A MP 815/17, assinada por Temer em dezembro, liberou os R\$ 2 bilhões, mas por conta da PEC 55 – que congela os gastos do governo federal por 20 anos, proibindo assim qualquer tipo de novo investimento –, se tornou necessária a criação de um Projeto de Lei que remanejasse o Orçamento federal de outras áreas para garantir a falsa agenda positiva do governo Temer.

Com a aprovação, em votação simbólica, no Congresso do Projeto de Lei 1/18, a parcela destinada a cada prefeitura será definida pelos mesmos critérios de transferências via Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Os R\$ 2 bilhões serão divididos em R\$ 600 milhões para educação; R\$ 1 bilhão para a saúde; e R\$ 400 milhões para a assistência social e serão obtidos com o cancelamento de diversas programações por todo o país.

É incontestável que os municípios necessitam desses recursos, mas na prática, o que o governo federal conseguiu fazer foi cobrir a cabeça, descobrindo os pés, visto que depois de aprovada a PEC 55, em dezembro de 2016, o arrocho fiscal foi legalizado na Constituição e todo o orçamento do governo para as áreas sociais, como saúde e educação, ou segurança, só podem ser reajustados na inflação do ano anterior, nem um centavo a mais. Sendo assim, a única forma do governo destinar verbas, é remanejando de outras áreas.

Com a PEC as únicas partes do orçamento da União que ficaram livres de amarras são justamente, as despesas financeiras, ou seja: a formação de superávit primário para o pagamento de juros da dívida pública aos banqueiros está garantida, mas o investimento público está paralisado pelos próximos 20 anos. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, inclusive em seu pronunciamento sobre os R\$ 2 bilhões para os municípios deixou claro que não existe nova receita para os municípios, apenas remanejamento. “A abertura deste crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário fixada para o exercício corrente, uma vez que se referem a remanejamento entre despesas primárias discretionárias do Poder Executivo para priorização das novas programações, as quais serão executadas de acordo com os limites de movimentação e empenho”.

Elencamos alguns exemplos de verbas que o governo cancelou para destinar os R\$ 2 bilhões as prefeituras.

## EDUCAÇÃO

O programa de Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior, no Ceará perdeu R\$ 36.154.808,12; Minas Gerais

perdeu R\$ 18.500.000; Distrito Federal perdeu R\$ 14.384.606,00; O Amapá perdeu R\$ 50.000.000,00.

A Reestruturação e Modernização do Hospital Universitário Professor Edgard Santos, na Bahia obteve corte de R\$ 40.000.000,00. A Construção do Hospital Universitário da UFRJ, no RJ sofreu um corte de R\$ 2.903.397,00; o Hospital Universitário da UFT, em Palmas, terá corte de R\$ 25.357.956,00.

O Programa de Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais (universidades estaduais) no PI, GO, PA, RS, RR, TO, AP, BA e RJ vai arcar com um corte de vai arcar com um corte de R\$ 76.273.351,00.

O Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão no Paraná sofreu corte de R\$ 20.000.000,00.

## SEGURANÇA

O Programa de Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente no PA, PI, PR e RN, o corte será de R\$ 16.159.668,00.

O Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal no CE, MS, RJ, AC, MG, com o arrocho perdeu R\$ 18.423.928,00. O Programa de Prevenção de Uso e/ou Abuso de Drogas sofreu corte de R\$ 19.965.450,00.

O Programa de Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública no DE, RN, GO, SP, RJ, PE, MG, BA, CE, RO e PB com o arrocho perdeu R\$ 145.557.217,00.

## SAÚDE

A Construção do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e Produção de Imunobiológicos da Fiocruz no Ceará terá menos R\$ 13.800.000,00.

A Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com população até 50.000 Habitantes sofreu corte de R\$ 108.366.711,00.

No programa de Apoio à Modernização do Parque Produtivo Industrial da Saúde o corte é de R\$ 210.000.000,00. No programa de Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia no Amazonas e no Para o corte é de R\$ 15.000.000,00.

## DEFESA

O Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X) sofre um corte de R\$ 34.059.990,00. A Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON contará com menos R\$ 60.000.000,00 em seu orçamento. A Construção de Submarinos Convencionais sofreu corte de R\$ 50.000.000,00.

No Programa de Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional o corte é de R\$ 210.000.000,00. Todos esses são alguns exemplos dos cortes implementados por Temer, o projeto de lei aprovado conta com 39 páginas de arrocho fiscal nos recursos públicos.

## MAÍRA CAMPOS

# Paulo Preto possuía R\$ 113 milhões em conta na Suíça

Ex-presidente da Dersa é acusado de ser operador do PSDB

Documentos do Ministério Público da Suíça, enviados ao Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo, revelam que o ex-presidente da Dersa, Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto, tinha R\$ 113 milhões em quatro contas diferentes.

Paulo Preto foi entre 2005 e 2006, sob a gestão de Alckmin, coordenador do grupo de investimentos rodoviários entre o Estado e os municípios, e a partir de 2007, quando Serra assumiu o governo, virou diretor da Dersa, estatal de que cuida das rodovias do estado. Ele é investigado em inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) sob suspeita de ser operador do PSDB, em desvios de ao menos R\$ 100 milhões em recursos

do Rodoanel. O montante descoberto na Suíça consta de uma decisão da juíza Maria Isabel do Prado, da 5ª Vara da Justiça Federal em São Paulo, que foi anexada ao inquérito no STF pela defesa de Paulo Preto na última terça-feira (20).

De acordo com o Ministério Público da Suíça, as quatro contas no banco Bordier & Cie em nome da offshore panamenha Groupe Nantes S/A, “cujo beneficiário é o investido Paulo Vieira de Souza [...] atingiam o saldo conjunto de cerca de 35 milhões de francos suíços, equivalente a R\$ 113 milhões, convertidos no banco em Nassau, nas Bahamas.



No Ceará, que sofre com a violência, R\$ 18 milhões saíram da Segurança

# Tribunal Eleitoral confirma inelegibilidade de Eduardo Paes e de seu aliado Pedro Paulo

O recurso apresentado pelo ex-prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PMDB) e pelo deputado federal Pedro Paulo Carvalho (PMDB), foi negado na sessão plenária desta quarta-feira (21) pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TER-RJ). A decisão mantém os políticos inelegíveis por oito anos.

Os dois solicitaram a Corte eleitoral, por meio de embargos de declaração (recurso destinado a esclarecer contradição, omissão ou obscuridade de uma decisão judicial), que reconsiderasse a sentença de dezembro do ano passado, que os condenou por abuso de político-econômico, além de conduta vedada a agente público nas Eleições de 2016. De acordo com a condenação, cada um também terá de pagar uma multa de cerca de R\$ 106 mil. As alegações

apresentadas pela defesa de Pedro Paulo e Eduardo Paes foram rejeitadas pelo tribunal por quatro votos a três.

“Para a concessão de efeito modificativo a embargos de declaração, há necessidade de erro manifesto, o que não ocorre aqui”, afirmou o presidente do TER-RJ, desembargador Carlos Eduardo da Fonseca Passos, que proferiu o voto de desempate.

Em dezembro do ano passado, o TRE-RJ deu parcial provimento a recurso eleitoral e condenou, por unanimidade, Paes e Pedro Paulo. Ambos foram condenados por abuso de poder político-econômico e conduta vedada a agente público por terem feito uso do “Plano Estratégico Visão Rio 500”, contratado e custeado pelo município, na época gerida por Paes.



Desabamento do trecho ocorreu após chuva

# TRF4 nega o pedido de transferência de Sérgio Cabral para presídio do Rio

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), em Porto Alegre, negou por unanimidade, nesta quarta-feira (19), o pedido de transferência do ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, preso no Paraná desde janeiro, para o presídio de Benfica, na capital fluminense.

O pedido de habeas corpus a favor de Cabral já havia sido negado em segunda instância, pelo desembargador João Pedro Gebran Neto, re-

lator dos processos da Lava Jato, no dia 22 de janeiro. Agora, o recurso foi recusado pelos demais desembargadores do grupo colegiado.

Cabral foi transferido para o Complexo Médico Penal de Pinhais, no Paraná, no dia 18 de janeiro, após determinação dos juízes federais Sérgio Moro, do Paraná, e Caroline Vieira Figueiredo, do Rio. A decisão foi tomada por conta das regalias destinadas ao ex-governador enquanto esteve no sistema prisional

fluminense: comidas requintadas como bolinhos de bacalhau e queijos finos até uma academia e sala de cinema, na Cadeia Pública José Frederico Marques, no bairro carioca de Benfica.

O peemedebista já foi condenado quatro vezes na Operação Lava-Jato por crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, além de responder outros 17 processos. Ele está preso desde novembro de 2016 e suas penas somam 87 anos.

# STF concede habeas corpus coletivo para mães e mulheres grávidas em detenção preventiva

Na última terça-feira (20), a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu, por quatro votos a um, habeas corpus coletivo para mulheres em prisão preventiva que estejam grávidas, tenham filhos até 12 anos ou com alguma deficiência. O habeas corpus foi ajuizado pela Defensoria Pública da União, que afirma que as prisões brasileiras não possuem condições para abrigar mulheres grávidas ou com filhos pequenos.

Para o advogado Pedro Hartung, do Instituto Alana, “é inadmissível que a criança passe um dia dentro da prisão. A sanção aplicada a uma pessoa não pode ultrapassar o seu corpo, não pode ir para outros indivíduos [...] Temos 1.800 crianças presas junto de suas mães no Brasil”.

O relator do pedido, o ministro Lewandowski, disse que “da forma como o Brasil vem lidando com a questão, está transfe-

rindo a pena das mulheres presas para as crianças”. O ministro também ressaltou que as mulheres enquadradas nesses casos são facilmente identificáveis, e que ele mesmo já enviou ofícios ao Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e aos estados pedindo a lista dessas mulheres, e que apenas São Paulo ainda não respondeu. A decisão deve ser acatada em todo o país em até 60 dias.

O assunto ganhou maior peso recentemente em razão da jovem Jéssica Monteiro, presa após ser flagrada com 90 gramas de maconha. Ela entrou em trabalho de parto em uma cela, foi levada a um hospital e, após o nascimento de seu filho, voltou a ser presa. Além do bebê, Jéssica tem outro filho de três anos. Apesar de ser ré primária, ela só foi solta dois dias depois.

A Pastoral Carcerária divulgou nota na última quarta-feira (21), afir-

mando que, apesar de reconhecer a importância da decisão do STF, o órgão “ainda está muito tímido em realmente optar pelo desencarceramento da mulher mãe e em aplicar penas alternativas”. A entidade lembra que o direito a uma infância digna já está previsto no Marco Legal da Primeira Infância, que concede “às mulheres grávidas, lactante e a mães com crianças de até 12 anos o direito a prisão domiciliar”, o que não vem sendo cumprido nas decisões judiciais.

O texto também questiona a aplicabilidade da decisão, “já que outras decisões do STF não foram aplicadas na prática, como a Súmula Vinculante 56, que prevê a prisão no regime semi-aberto caso o estabelecimento penal não tenha condições adequadas, ou o Decreto presidencial do indulto para o dia as mães em 2017, que não teve grande respaldo do Poder Judiciário”.



## Assistência

A Prefeitura Municipal de Curitiba deveria dar mais atenção à falta de estrutura de serviços sociais nas regionais mais carentes da cidade. Na regional Tatuquara, por exemplo, onde o CRAS Monteiro Lobato atende uma população de cerca de 5 mil pessoas em estado de vulnerabilidade, tem apenas 2 assistentes sociais e 2 educadores que trabalham naquela unidade, diga-se de passagem, numa modesta sala, sem espaço para orientação e encaminhamento digno aos tantos cidadãos de parcos recursos, que lá procuram pelos vários serviços assistenciais. Vale ressaltar ainda, que o número de pessoal e estrutura se mantém, mesmo o bairro ter recebido centenas de novos moradores de empreendimentos de habitação popular do Minha casa, minha vida, para famílias de baixa renda, e que viviam em estado de vulnerabilidade (invasões e fundos de vale), que se somam aos demais moradores, desta região de Curitiba, uma das mais carentes da capital paranaense.

Célio Borba – Curitiba, PR

# Anac reduz multa de concessionária que atrasou as obras do aeroporto Viracopos

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) decidiu, nesta terça-feira (20), reduzir de R\$ 95 milhões para R\$ 60 milhões o valor mínimo da multa a ser aplicada à Aeroportos Brasil, concessionária que administra o aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), por atraso na entrega de obras.

A empresa descumpriu com os prazos previstos em contrato para a entrega as obras de pátio, estacionamento e terminal de passageiros. A data de entrega estava marcada para o dia 11 de maio de 2014, ou seja, antes da Copa do Mundo, que foi sediada no Brasil naquele ano. Porém só foram entregues, de fato, em 2016.

No entanto, o valor final da multa ainda será alterado, pois é preciso somar uma penalidade por dia de atraso de cada uma das obras. Isso não impede da Anac realizar um novo abatimento na dívida.

O diretor da agência, Hélio Paes de Barros Júnior, relator do processo, confirmou que a concessionária Aeroportos Brasil teve vantagens com o atraso da entrega das obras e com a redução da multa. Ele considerou ações da concessionária, como a construção de um bolsão de estacionamento, suficientes para atenuar o impacto dos atrasos aos passageiros, e logo o perdão de R\$ 35 milhões da multa mínima à operadora.

## PRIVATIZAÇÃO

Viracopos foi leiloado em fevereiro de 2012, durante o primeiro mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, por R\$ 3,821 bilhões. Possuem participação na concessionária Aeroportos Brasil as empresas Triunfo Participações e Investimentos, UTC Participações e a francesa Egis Airport Operation.

Em julho de 2017, a Aeroportos Brasil decidiu devolver a concessão de Viracopos por conta das dificuldades financeiras e da frustração da demanda de passageiros e de cargas, reflexo da crise econômica. O pedido ainda está sob análise do governo federal e depende de uma regulamentação da lei que permite a devolução de concessões.

# Corpo de Dimas Antonio Casemiro identificado nas ossadas da vala de Perus

Depois de 27 anos da descoberta da vala de Perus, no cemitério Dom Bosco, na Zona Norte de São Paulo, as ossadas do paulista Dimas Antônio Casemiro foram identificadas por um laboratório na Bósnia. Esta é a quarta identificação desde o descobrimento dos milhares de restos mortais, mas a primeira da pesquisa realizada pela equipe de antropologia forense da Unifesp, o Grupo de Trabalho Perus, que foi contratado em 2014 e busca identificar 41 desaparecidos políticos.

Dimas foi dirigente do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), e foi preso em 17 de abril de 1971 por agentes da repressão em São Paulo. Na versão apresentada à época, ele teria morrido ao trocar tiros com a polícia durante sua prisão na rua Elísio da Silveira, no bairro Saúde, em São Paulo.

No entanto, as investigações da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Cemdp), mostram que ele foi morto entre os dias 17 e 19 de abril de 1971, atingido por arma de fogo em tiroteio simulado. A Comissão concluiu ainda que Dimas foi torturado nesse período, desmentindo a versão oficial de “morte em tiroteio”. Dimas tinha 25 anos e era casado com Maria Helena Zanini, com quem teve o filho Fabiano César.

O Instituto de Pesquisa de DNA Forense da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) informou que chegaram ao resultado através de “uma identificação extremamente complexa pelas características do material ósseo e dentário e o contexto histórico em que os remanescentes ósseos se encontravam, após 47 anos de espera pelos familiares”.

O Grupo de Trabalhos de Perus teve início após uma cooperação firmada entre as secretarias de Direitos Humanos dos governos federal e municipal, junto com a Cemdp, e a Unifesp. O grupo analisa 1.047 caixas com ossadas retiradas da vala de Perus. Em setembro de 2017, as ossadas foram enviadas para o International Commission on Missing Persons (ICMP), na Bósnia, o laboratório foi escolhido por ter experiência com a análise de mais de 20 mil casos de identificação humana.

**UM MODELO PARA O BRASIL**

Hoje em dia neste país, as pessoas saem de casa e não podem ter certeza de que voltarão. Podem ser vítimas de um assalto ou de uma bala perdida. Este livro mostra como acabar com esse terror

Claudio Lopes

Disponível (pela Internet) no site da editora: www.allprinteditora.com.br. Preço: R\$ 20,00 (mais frete); número de páginas: 52.

# Aposentados são homenageados no Senado: Demos fim à PEC 287



**Ubiraci Dantas, presidente da CGTB “Povo brasileiro venceu”, diz Bira sobre Previdência**

O presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Ubiraci Dantas de Oliveira, o Bira, comemorou a “vitória acachapante do povo brasileiro” contra a tentativa do governo Temer assaltar as aposentadorias.

“A mobilização do povo derrotou a tentativa do ‘vampirão’, que queria acabar com a aposentadoria do nosso povo e destruir a Previdência Social pública, transformá-la em privada e entregar aos bancos. As greves no ano passado, a ocupação de Brasília e a nossa atuação tiveram um papel muito importante”, declarou.

O dirigente lamentou a aprovação da reforma trabalhista, mas considera que junto com a vitória sobre a previdência, ficará ainda mais difícil para as empresas aplicarem convenções coletivas que retirem direitos, além de ressaltar o papel que a central teve durante esse processo de lutas. “A CGTB esteve lá para impedir que os vacilões recuassem da ocupação de Brasília. Depois houve a sabotagem do dia 30 de junho, mas nós fomos para a rua assim mesmo. E ainda assim estamos desmoralizando a lei trabalhista nas campanhas! Ninguém vai aceitar ter direitos reduzidos”.

Para Bira é hora de “unir forças para fazer um projeto nacional de desenvolvimento, é necessário reduzir as taxas de juros aos níveis internacionais, aumentar para mais de 25% o investimento público e paralisar com essas imbecilidades de privatizações e dar força às empresas nacionais. E tem que defender a Lava Jato, porque a forma de burlar e submeter dirigentes de partidos é através da corrupção, corrompendo para que eles façam o que quer o capital financeiro”, concluiu o sindicalista.

Edilson Jefferson Rudy/Agência Senado



Edilson Rodrigues/Agência Senado



**Agentes penitenciários, que atuaram com força na luta contra a PEC, participaram da Solenidade dos Aposentados no Senado. Ao lado, o presidente da Confederação dos Aposentados do Brasil (Cobap), Warley Martins**

## Servidores enterram caixão com reforma da Previdência durante protesto em Brasília

Nesta terça (20/02), um dia após derrota do Governo em relação à reforma da Previdência, cerca de 250 manifestantes realizaram um “enterro simbólico” da criminosa proposta de Temer.

Com “Temer vampirão”, “homem da mala” e um caixão com flores simbolizando a reforma da Previdência, manifestantes ligados à Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) e ao Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), marcharam de dentro da Câmara dos Deputados até o gramado da Esplanada dos Ministérios e enterraram de uma vez por todas a reforma da Previdência.

Na sexta-feira (16/02), ou seja, pouco antes da data em que a votação da PEC 287 (reforma da Previdência) deveria ter acontecido, o governo Temer



**Ato de enterro simbólico teve caixão e vampirão**

autorizou uma intervenção militar no Rio de Janeiro para tentar esconder o fato de não ter os votos necessários para a aprovação da PEC, uma vez que em caso de intervenção militar fica proibida qualquer alteração na Constituição. Para o presidente da Fonacate, Paulo Martins, “foi um ato simbólico, para reforçar a mobilização das entidades em um momento de

recuo do governo federal”. “Não lutamos apenas para os direitos dos servidores, mas, desde o início, combatemos essa reforma por inteira. Vamos enterrar de vez essa reforma, colocar sal grosso em cima para que esse tema não volte mais esse ano. Se vier de novo uma proposta com esse nível, vai ter o mesmo destino”, disse o presidente da ANFIP.



**Isadora Williams foi uma das finalistas Brasileira tem marca inédita na Olimpíada de Inverno**

A brasileira Isadora Williams, 22 anos, alcançou 55.74 no programa curto e se classificou entre as 24 atletas que avançaram para a final (programa livre) de patinação artística individual na Olimpíada de Inverno de PyeongChang. Foi a melhor pontuação da brasileira, que se tornou a primeira patinadora sul-americana a se classificar para uma final da modalidade.

A atleta nasceu nos Estados Unidos, mas é filha de uma brasileira. Na Olimpíada de Sochi, em 2014, Isadora terminou na 30ª e última colocação. Agora, avançou na 17ª posição. “Em Sochi eu não fui bem e fiquei muito triste depois da apresentação. Minha nota foi muito boa aqui, foi a minha melhor da temporada. Eu treinei mais duro, os elementos são mais difíceis. Estou mais madura, mais experiente. As outras meninas estão muito fortes”, disse.

## Grêmios bate Independiente-ARG e conquista a Recopa

O goleiro Marcelo Grohe brilhou nos pênaltis e o Grêmio sagrou-se bicampeão da Recopa Sul-Americana ao bater o Independiente, da Argentina, por 5 a 4 nas cobranças de pênaltis, após 0 a 0 no tempo normal e na prorrogação. Foi o terceiro título conquistado pelo tricolor gaúcho em três anos, após a chegada do técnico Renato Gaúcho.

O goleiro argentino Campaña segurou o B.O. e graças a ele o placar ficou zerado no tempo normal e na prorrogação. A partida teve todos os ingredientes entre times brasileiros e argentinos: entradas duras, catimba e incluiu uma expulsão, de Amorebita, que deixou marca da chuteira no corpo de Luan. O árbitro Enrique Cáceres expulsou o atleta argentino após consultar o vídeo (VAR).

O Independiente trouxe o “brujito” Manuel, figura mítica e folclórica, mas o Grêmio tem Marcelo Grohe, que ultimamente vem operando verdadeiros milagres embaixo da trave. O Tricolor converteu suas cinco cobranças com Maicon, Cicero, Jael, Everton e Luan. Gaibor, Meza, Domingo e Silvio Romero marcaram para a equipe argentina. Na última cobrança, Grohe voou e defendeu o tiro de Benítez, garantindo a vitória gremista.

## Após mudanças na CLT, supermercados dão calote em hora extra e adicionais de funcionários

Se apoiando em um decreto e na reforma trabalhista de Temer, supermercados do Rio de Janeiro passaram a cortar o pagamento de 100% das horas extras de domingos e feriados dos funcionários. Os calotes começaram a acontecer no fim de 2017 e se estendem até agora.

As denúncias do corte do pagamento começaram com a rede de supermercados Mundial, feitas em outubro de ano passado ao Sindicato dos Comerciantes do Rio de Janeiro (SECRJ), após as horas extras serem executadas e seu pagamento não. De prontidão, o Carrefour e a rede Campeão também começaram a dar ca-

lote nos pagamentos de seus funcionários.

“Muitos colegas aceitaram dobrar a jornada nos últimos feriados porque achavam que iam receber os 100% sobre as horas a mais. Um dinheiro que faz a diferença pra gente. Foi um banho de água fria quando descobrimos, na véspera de sair o contracheque, que não haveria pagamento do adicional. Covardia!”, denuncia uma funcionária à reportagem feita pelo Sindicato dos Comerciantes do Rio de Janeiro (SECRJ).

Tudo começou com o Decreto Nº 9.127, de 16 de agosto de 2017, que torna o serviço como “essencial”, permitindo

o funcionamento normal de supermercados. “Isso permite que os estabelecimentos abram como se domingos e feriados fossem dias normais. É um reflexo da flexibilização da CLT [Consolidação das Leis do Trabalho]”, explica o advogado trabalhista Denis Sarak. “As empresas que continuarem reduzindo direitos e benefícios dos funcionários aos mínimos estabelecidos nas convenções coletivas estarão sujeitas a enfrentar a reação negativa dos trabalhadores. Quem levar essas medidas ao pé da letra, mais cedo ou mais tarde vai encerrar a revolta”, avisou o presidente do SECRJ, Márcio Ayer.

## Policiais Civis do Distrito Federal fazem greve por reajuste nos salários e mais contratações

Policiais Civis do Distrito Federal (DF) aprovaram, em assembleia realizada na terça-feira (20/02), estado de Greve, reivindicando o reajuste de salário e contratação de novos servidores. A greve deve durar 72h e foi aprovada após diversas tentativas de diálogo com o governo de Rodrigo Rollemberg.

Os reajustes salariais já não acontecem há 8 anos e a perda foi de cerca de 50% do

salário. O Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol-DF) aponta, além disso, que o quadro atual da Polícia Civil é apenas metade do necessário para a garantia de seu pleno funcionamento.

“Uma das [formas de sucateamento] mais graves é a desvalorização dos policiais civis. O descaço do governo e o cansaço da categoria que desencadearam essa paralisação”, disse o presidente do

Sinpol-DF, Rodrigo Franco, o Gaúcho.

O Governo do Distrito Federal diz que não tem recursos para arcar com as demandas dos policiais, e que recorreu ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e espera decisão do ministro de Temer. Durante as 72h de greve, as delegacias apenas registrarão Boletins de Ocorrências de crimes graves e flagrantes.

## Ato de homenagem aos aposentados celebrou vitória sobre ataque do governo

A Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap) organizou nesta terça-feira, 20, em conjunto com o senador Paulo Paim, uma sessão de Homenagem aos Aposentados e comemoraram o “enterro” da reforma da Previdência.

“Há tempos pregamos sobre a união e foi a nossa mobilização unida que barrou a reforma da Previdência. Agora, temos que permanecer unidos para votar em representantes que defendam a Previdência e os nossos direitos”, declarou o presidente da COBAP, Warley Martins.

Com a derrota do governo, a Previdência se mantém da forma atual. As lideranças presentes celebraram a conquista, mas sem esquecer que haverá eleição este ano e é preciso continuar na defesa da Previdência pública. O projeto da reforma de Temer estava em discussão desde o final de 2016 e, depois de diversas alterações para tentar angariar votos dos deputados, o governo reconheceu finalmente que não teria condições de aprová-lo. Para mascarar a derrota, deu crédito à intervenção militar que ocorre no Rio de Janeiro – a qual caracteriza estado de sítio, ficando proibidas quaisquer emendas à Constituição, como era o caso da reforma.

Warley também comentou que, embora tenhamos obtido essa vitória, não é hora para descanso: “Estamos contentes porque conseguimos uma grande vitória. Mas a guerra ainda não acabou. Haverá novas eleições e temos que garantir que o próximo presidente não venha também com a ideia de colocar essa reforma para votar, além do que há muito ainda que fazer. Eu fui entrevistado e me perguntaram por que eu defendia os funcionários públicos, que ganham o dobro da gente, às vezes mais. Pois eu disse: Os funcionários públicos não ganham muito não. É a gente que ganham muito pouco”, contou Warley, arrancando aplausos do público presente, que contou com uma delegação de agentes penitenciários que acompanharam a solenidade.

O deputado federal Arnaldo Faria de Sá, que há tempos tem como forte bandeira a defesa dos aposen-

tados, usou a tribuna para elogiar a firmeza com que os aposentados reagiram aos ataques sofridos, e pontuou que ficarão alerta para futuras tentativas. Ele disse que se retomarem a pauta da reforma, “nós vamos fazer aquilo que a categoria da polícia penal fez lá na Câmara, no dia da Comissão. Vamos invadir o Congresso e dizer ‘não a essa reforma’”.

Durante a solenidade o presidente da Anfip, Floriano Martins de Sá Neto, denunciou ainda a cúpula do governo, que segue uma política neoliberal na tentativa de agradar aos bancos: “O Compromisso dessa gente é muito forte. Eles têm compromisso com o setor financeiro. Os bancos já são donos de quase tudo que nós usamos e agora eles querem se apropriar da última coisa que faltava, que é a previdência social”, afirmou.

Parlamentares e lideranças de diferentes entidades, como o Mosap (Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas), Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho), Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores de Universidades Brasileiras), Febrafite (Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais), dentre outras, também estiveram no ato para comemorar o enterro da reforma e defenderam que a mobilização unificada permaneça.

A Confederação das Mulheres do Brasil (CMB) emitiu também uma nota de comemoração ressaltando que “derrubar o desmonte da previdência Pública não foi simples. Foi uma luta digna de patriotas e abnegados que não se curvaram perante nenhuma dificuldade e se agigantaram frente à injustiça e as agressões dos ‘vampiros de plantão’”.

A entidade comemorou a garra dos aposentados, que não deixaram o povo cair nas mentiras do governo, mas foram à luta e “mostraram para a sociedade brasileira que nosso povo tem sangue verde e amarelo correndo nas veias e que as brasileiras e brasileiros não se renderão nunca e estarão sempre prontos a defender nosso país e nosso povo de todo e qualquer desgoverno espúrio e corrupto”, afirma a nota.

## Previsto em lei, trabalhadores aprovam contribuição sindical em assembleias

Diversas categorias de sindicatos, que perderam o financiamento proveniente do Importo Sindical – extinto após a aprovação da reforma trabalhista – estão buscando formas de manter a contribuição dos trabalhadores através de assembleias.

Além de eliminar diversos direitos trabalhistas, a reforma aprovada pela lei 13.467/2017, que faz alterações na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), também encontrou uma forma de acabar com o financiamento dos sindicatos. Dessa forma o governo procura tirar direitos e, numa só tacada, acabar com a entidade organizada que luta para mantê-los.

No entanto, da mesma forma que estão aprovando convenções coletivas que mantêm os direitos que antes eram garantidos por lei, os sindicatos aprovaram em assembleias a contribuição sindical.

O Sindicato dos Farmacêuticos de Goiás realizou uma assembleia da categoria que aprovou a medida, e um pagamento anual deverá ser feito em março.

Também o Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo (SEESP) adotou a medida, além de crítica na grande mídia, que acusou o sindicato de “enganar” os trabalhadores para “burlar” a lei, que determina que este

tipo de contribuição deve ter autorização prévia.

No entanto, o assessor jurídico do SEESP, advogado Jonas da Costa Matos, explica que não há problema algum mesmo com a nova lei: “os Juizes do trabalho reunidos em Brasília em 9 e 10 de outubro último, durante jornada promovida pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), pacificaram entendimento que a autorização prévia e expressa se dá de forma coletiva – portanto, por meio de Assembleia Geral da categoria convocada para esse fim e de acordo com as regras estatutárias de cada entidade. Ou seja, faz parte do Direito Coletivo, não individual. Em outras palavras, com a autorização prévia e expressa em assembleia, agora necessária, diferentemente de antes, a Contribuição Sindical volta a ser obrigatória”.

“Da mesma forma que numa assembleia que é chamada para decidir se vai dividir as férias em três vezes, se vai ter a intrajornada de 30 minutos, poderá decidir também quanto vai ser a contribuição para o sindicato, e de forma coletiva, da mesma forma que esses temas vão ser aprovados”, diz o presidente da União Geral dos Trabalhadores, Ricardo Patah.

## Terroristas lançaram 1500 bombas contra Damasco

“Foram 1.500 bombas lançadas desde Ghouta Leste, sobre Damasco nas sete últimas semanas”, denunciou o Ministério do Exterior da Síria em carta ao secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, no dia 16. Segundo a carta, “centenas de pessoas morreram ou ficaram feridas, a maior parte mulheres e crianças” e “está havendo uma grave escalada, pois no momento em que escrevemos esta carta, em poucas horas, foram atiradas mais de 45 ogivas. Uma continuação dos crimes cometidos diariamente pelos terroristas contra os cidadãos de Damasco”.

O Ministério de Defesa da Federação Russa, também emitiu memorando, através do porta-voz, major-general Yuri Yevtushenko, esclarecendo que “foram feitas diversas tentativas para a garantia de um cessar-fogo em Ghouta Leste”.

Acrescenta que “estas tentativas falharam por que elementos ilegais armados, que controlam a área, recusaram-se a depor armas”.

“Os apelos do centro de reconciliação russo [instalado na Síria em comum acordo com o governo do país] para que estes grupos armados ilegais [trata-se do bando Jabhat Al Nusra, que se notabilizou pelo inferno criado em Aleppo e que, depois disso, trocou de nome para Hayat Tahrir Al Sham] deponham armas e regularizem a sua situação, não obtiveram resultados positivos”.

As Forças Armadas da Síria, com apoio de aliados russos, resolveram responder militarmente às provocações e ao bombardeio sobre civis em Damasco e também por que “a situação em Ghouta está se tornando crítica”.

O ministro do Exterior da Rússia, Sergei Lavrov, denunciou que os terroristas mantêm centenas de milhares de cidadãos sírios presos na área conflituada “usando-os como escudos humanos”. Declarou ainda que os apelos para a retirada humanitária dos moradores de Ghouta não estão sendo atendidos e que agora a mídia e “governantes ocidentais estão exagerando as perdas em Ghouta”.

Ele acrescentou que “ao fazerem isso, estes governantes [referindo-se principalmente às declarações inglesas e americanas] estimulam os terroristas em sua agressão”.

E pediu aos que têm influência sobre a organização paramilitar Al Nusra “que contemham seus militantes, pois caso contrário serão exterminados”.

De fato, os números divulgados e que a mídia imperial ou a que atua como sua correia de transmissão vêm citando, usando como fonte para dizer que em Ghouta já morreram mais de 200 civis, é a denominada Coordenação dos Comitês Locais que, já em 2012 já lamentava do “baixo financiamento” recebido pela CIA, uma vez que, desde então, seu “objetivo central” era “a derrubada do governo de Bashar Al Assad”. Pelo visto, uma fonte extremamente imparcial, cujos dados, por ela fornecidos, devem ser repetidos à exaustão por todo lado sem nenhuma necessidade de confirmação.

Assim como aconteceu em Hama, Homs, Aleppo, toda vez que o governo sírio avança sobre os bandos armados e apoiados pelos EUA e sua mal denominada “coalizão”, cujo único intento declarado era derrubar o governo e dividir o país, surgem “denúncias” costuradas de última hora. “Denúncias”, aliás, como estas formuladas depois de provocações terroristas sobre civis em Damasco, e depois do sucesso das Conferências de reconciliação entre sírios, em Astana e do Congresso pelo Diálogo Nacional Sírio, na cidade russa de Sochi, que só mostram a derrota imperial em seus malfadados e desumanos intentos.

NATHANIEL BRAIA

## Defensores de DH sofrem atentado na Guatemala

Entidades sindicais e de direitos humanos que compõem o Fórum das Organizações Não-governamentais Internacionais (Fongi) na Guatemala denunciaram a recente tentativa de assassinato de Sonia Elizabeth Montes, destacada integrante da Promotoria de Direitos Humanos do Ministério Público, e do condutor da instituição, Nestor Valdez. Acompanhados de segurança, os dois foram perseguidos por indivíduos em uma moto e tiveram o carro cravejado de balas, conseguindo sair ilesos do atentado.

“O ataque aconteceu quando a promotora chegava à oficina do Ministério Público na Cidade da Guatemala e se soma à preocupante situação nacional de insegurança e impunidade”, denuncia o Fongi, lembrando que o trabalho de Sonia é reconhecido nacional e internacionalmente pelas inúmeras investigações de assassinatos de ativistas. “São atos que pretendem frear a luta contra a corrupção que atinge os mais altos níveis de poder, frear o trabalho dos defensores dos direitos humanos, funcionários públicos e oficiais de justiça e, ao mesmo tempo, infundir medo e paralisar a população guatemalteca”, sublinha.

O ataque ocorreu no dia 15 de fevereiro, alerta o Fórum, “confirma o risco em que vivem

não somente pessoas e coletivos, mas todos os que se unem contra uma política de agressão e desrespeito em um estado de quase absoluta impunidade”.

Segundo Julio Coj, dirigente do União Sindical dos Trabalhadores da Guatemala (Unsitragua), somente no ano passado foram registradas 483 agressões a defensores dos direitos humanos, com um impressionante saldo de 53 militantes assassinados.

Conforme a Unidade de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos da Guatemala, “está se agudizando uma crise de Estado”, “com o país à beira de uma ruptura, no centro de uma encruzilhada política”. Na avaliação da entidade, se confrontam neste momento “aquelas forças que, majoritariamente, estão a favor da transformação das velhas, violentas e corruptas estruturas enquistadas na institucionalidade do Estado e aqueles setores que buscam retomar o modelo clientelista e de privilégios de uma pequena, porém poderosa, elite econômica”. “Nesta encruzilhada é gerada uma série de tensões, contradições e conflitos que geram violência contra a população e, de maneira particular, contra aquelas pessoas que defendem direitos e liberdades fundamentais para o povo”, conclui a entidade.

# Defesa de ‘lei legada por Perón’ lota o centro de Buenos Aires

7D



Moyano: “Vamos enfrentar o arrocho brutal que Macri quer impor aos trabalhadores”

## Multidão toma as ruas de Santa Cruz em favor da reeleição de Evo Morales

Mais de 200 mil pessoas, reunidas em marcha na cidade de Santa Cruz, na terça-feira (21), proclamaram o presidente Evo Morales como candidato dos movimentos sociais para as eleições presidenciais de 2019. “As organizações sociais se reuniram para defender o candidato e irmão Evo Morales para seguir no comandando o país”, afirmou María Muñoz, diretora da Federação de Mulheres Campesinas Bartolina Sisa.

“Irmãs e irmãos, conhecemos o trabalho que nosso presidente fez, e os que não tiveram a capacidade de levar o país adiante querem nos desgastar com mentiras”, completou Muñoz, em seu discurso após do monumento em homenagem ao Cacique Chiriguano, ao ressaltar as políticas do governo Evo desde 2006, que ao nacionalizar os recursos naturais do país e adotar políticas de crescimento econômico e social, fez da Bolívia o país que mais cresce na América Latina (cerca de 4,5% ao ano).

Os atos em defesa da candidatura de Evo Morales tomaram o país. Na manifestação de La Paz, Sandro Ramírez, presidente da Federação dos



Organizações populares pedem reeleição de Evo

Conselhos de Vizinhança de El Alto, afirmou que “a finalidade da direita é impedir que Morales concorra como candidato em 2019”.

Na quarta-feira, o presidente Evo Morales saudou as manifestações e conclamou os militantes do seu partido, o Movimento para o Socialismo (MAS), as organizações sociais e a população para “fortalecer a unidade popular” e “vitalizar” o processo de mudanças vivido no país. “Graças à unidade do povo boliviano, em pouco tempo mudamos a situação social, econômica, democrática e cultural da Bolívia”.

“Na noite passada, vimos, na televisão, cerca de 200 mil irmãs e irmãos reunidos em Santa Cruz. Hoje, em La Paz, fomos informados dessas manifestações”.

Muito obrigado por

esse grande apoio para continuar nossa revolução, para apoiar e rejeitar qualquer mentira”.

Sobre a ofensiva neoliberal contra seu governo, Evo destacou que os inimigos do povo “tentarão dividir-nos como sempre. Por que nos dividir? Para nos dominar politicamente, nos roubar economicamente, saquear nossos recursos naturais”. Sobre as eleições, ele ponderou: “Eu quero dizer às novas gerações que a nossa revolução democrática-cultural precisa de novos líderes, homens e mulheres comprometidos com o povo. Com esforço e sacrifício é possível atender as demandas para mudar a Bolívia. Irmãs e irmãos, com a unidade do povo, nada é impossível na vida”, concluiu o líder boliviano.

## Patinadoras russas arrebatam PyeongChang

Em mais um empolgante momento dos Jogos de Inverno de 2018, disputados em PyeongChang, as duas patinadoras no gelo, que representaram a Rússia, Yevgenia Medvedeva e Alina Zagitova, quebraram, uma após a outra, os recordes mundiais, para mulheres, no esporte.

No dia 21, numa disputa que envolveu 25 atletas de diversos países, em uma apresentação impecável, ao som de um Noturno de Chopin, Medvedeva superou sua própria marca anterior e obteve 81,06 pontos, até aquele momento o recorde mundial na categoria.

Sua marca durou poucos minutos. Logo depois dela, Zagitova se apresentou com o Cisne Negro, de Tchaikovsky. Sua apresentação, obteve 82,92 pontos, o atual recorde.

Percebendo a força da apresentação de Zagitova, todo os presentes se puseram de pé em aplausos, com inúmeras bandeiras russas agitadas por todo o estádio.

Esta sexta, Zagitova e Medvedeva, voltam a competir, como finalistas podendo obter as medalhas de ouro e prata para seu país.

Quem acompanha a saga dos atletas russos, discriminados desde as Olimpíadas de 2016, disputadas no Rio de Janeiro, quando lhes foi negado o direito de desfilar com a bandeira de seu país e com dezenas de desfalques, através de uma manobra



Alina Zagitova ao estabelecer um novo recorde



Yevgenia Medvedeva fez empolgante apresentação

sabotadora comandada pelos Estados Unidos, que usou de sua influência no Comitê Olímpico Internacional (COI), torcia por um momento como este.

As denúncias de doping coletivo foram fartamente desmontadas pelo Comitê Olímpico Russo e dezenas de atletas russos obtiveram uma vitória importante quando o Comitê de Arbitragem do Esporte (CAS, sigla em inglês) reabilitou dezenas de atletas que estavam banidos do esporte, dias antes da atual Olimpíada de Inverno.

Mantendo o clima de his-

teria macartista contra a Rússia, que tem dado um notável exemplo em termos de resistência à política externa imperial norte-americana, o COI se recusou a convidar diversos dos atletas que foram inocentados pela decisão do CAS com sede em Lausane.

Afinal as duas jovens representantes russas atenderam a exortação da atleta Yelena Isinbayeva, de superação nestas Olimpíadas, nas quais a delegação russa foi a única no mundo obrigada a desfilar com uma bandeira com o símbolo olímpico apenas com o dístico OAR (Atletas Olímpicos Russos).

A multidão expressou a revolta argentina contra o arrocho, demissões em massa e o ataque de Macri às leis trabalhistas e à Previdência

Mais de 400.000 pessoas encheram as ruas do centro de Buenos Aires rechaçando a política econômica do governo, na quarta-feira, no maior protesto desde que assumiu o presidente Mauricio Macri, em dezembro de 2015.

O movimento sindical argentino unificado, as entidades sociais de moradores, femininas e estudantes, as Mães da Praça de Maio, os principais partidos de oposição expressaram a revolta da população ao transformarem um ato inicialmente convocado pelo líder sindical dos caminhoneiros, Hugo Moyano, numa avalanche humana contra a política neoliberal que afoga o país.

Os representantes da Confederação Geral do Trabalho, CGT, da Central de Trabalhadores da Argentina - Autônoma, a Corrente Federal dos Trabalhadores, a Confederação dos Trabalhadores da Economia Popular (CTEP), a CTA dos Trabalhadores, apontaram, em seus discursos o teto que rebaixa os acordos coletivos, conforme imposto pelos patrões, o ataque à Previdência, também lá chamada de “reforma” e as demissões em massa de servidores públicos.

“Não podem ficar mais na condução do país porque querem tirar a dignidade dos homens de trabalho e não podemos permitir isso. Preparo-nos, os trabalhadores, para quando chegar o momento de expressar a vontade democrática”, disse Hugo Moyano no ato realizado na Avenida 9 de Julho, inteiramente tomada pela multidão.

“Essa política não só leva a fome à parte mais sensível de nossa sociedade no presente, mas também a condena no futuro. Nem eles têm confiança nos modelos que aplicam, porque senão trariam a grana para cá”, acrescentou, referindo-se à demissão forçada do subsecretário geral da Presidência, Valentín Díaz Gilligan, denunciado como proprietário de uma offshore em Andorra, e do ministro de Finanças de Macri, Luis Caputo, também dono de contas no exterior.

No setor onde se concentram os caminhoneiros, milhares de pessoas puxaram o canto que ficou popular nos jogos de futebol, nos estádios dos times de San Lorenzo e River nas últimas semanas: “Mauricio Macri, vá pra pqp!”.

“Este dia vai ficar na história como o Dia da Unidade dos Trabalhadores, como o dia da Dignidade dos que não se ajoelham frente a prepotência de um governo de patrões”, disse Hugo Yasky, secretário-geral da CTA dos Trabalhadores. “Temos que voltar a ter uma

Argentina onde o orgulho do operário seja pôr o prato de comida na casa; seja que seu filho vá à escola a estudar, não à escola para comer e isso se consegue com negociações salariais livres, com aumentos que cubram a inflação, e sobretudo com as leis trabalhistas que temos que defender, porque essa lei que o governo junto com os patrões querem reformar é a lei que nos legaram Perón e Evita”, frisou.

Yasky concluiu dizendo, muito aplaudido, que “se querem buscar ladrões lhes passamos um endereço: Balcarce 50, onde há uma Casa Rosada”.

As reformas trabalhistas que Macri pretende são similares às medidas de arrocho preparadas pelo governo Temer. Modificar e “flexibilizar” as leis trabalhistas implantando formas de contratação sem regulamentação, como trabalhos temporários ou por produção, sem registro em carteira; modificar a Previdência Social, diminuindo as aposentadorias e aumentando a idade para receber o benefício; limitação da possibilidade dos trabalhadores abrirem processos por denúncia de acidentes de trabalho e outros abusos.

“Estamos prontos para enfrentar o ajuste brutal que Macri está impondo aos trabalhadores e aos aposentados. Esta é uma situação muito crítica, é hora de união”, disse Pablo Micheli, da CTA Autônoma. “Se não houver respostas governamentais, provavelmente convocaremos uma greve nacional em março”, disse Micheli à Reuters.

Juan Carlos Schmid, outro membro da direção da CGT assinalou: “Acordamos repudiar energicamente o corte das aposentadorias e exigir o respeito à Previdência, exigir negociações livres e sem tetos que as limitem, rechaçar em todos os termos o projeto de reforma trabalhista que o Executivo enviou ao Parlamento nacional”.

Reforçando o caráter de união de todos os setores da oposição contra essa política, a titular da Associação de Mães da Praça de Maio, Hebe de Bonafini, reiterou sua adesão: “Estamos na briga corpo a corpo com o governo, que nos agride”, sublinhou. afirmou que a mobilização transcende o movimento operário organizado porque “a marcha é de todo o povo”.

Participaram ainda o Movimento Evita, La Cámpora e outros setores do peronismo como o encabeçado pelo prefeito da cidade de Merlo, Gustavo Menéndez. “O peronismo sempre estará do lado dos trabalhadores, aposentados, veteranos das Malvinas e dos mais humildes”, disse o presidente do Partido Justicialista nacional, José Luis Gioja. Os deputados da Frente para a Vitória, liderados por Agustín Rossi, se incorporaram ao ato.

## Bibi Netanyahu, Sara e o relógio de ouro

Shlomo Filber, ex-diretor-geral do Ministério das Comunicações do primeiro-ministro Bibi Netanyahu, afirmou, na terça, à polícia, durante interrogatório no caso de corrupção envolvendo seu cargo, que sua demissão foi motivada por não permitir que Netanyahu ficasse com um relógio de ouro dado pelo premier italiano, Silvio Berlusconi, conforme a lei de Israel.

Filber disse à polícia que o fato ocorreu enquanto acompanhava o primeiro-ministro e sua esposa, Sara, a uma viagem de Estado para a Itália. Depois da reunião com Berlusconi, Filber disse que o líder israelense ganhou um relógio Bulgari avaliado em cerca de US\$ 1.700. “Eu disse a ele: ‘Você não pode ficar com esse relógio, entregue-me para que eu possa proceder corretamente’. Mais tarde, naquela noite, fui convocado para a sala de Netanyahu, onde Sara exigiu que eu devolvesse o relógio”.

O protocolo para servidores públicos, de acordo com a lei israelense, exige que todos os presentes caros sejam declarados e entregues ao Estado.

“Fiquei assustado com a postura de Sara, mas disse a ela que não poderia devolver o relógio, que já era tarde demais, porque eu já havia registrado como um presente de Estado e enviado de volta a Israel por meio do malote diplomático”. Não contente, “Sara gritava comigo na frente de Netanyahu, que permaneceu calado”.

“Duas semanas após o ocorrido, Netanyahu me chamou para uma reunião e me demitiu”, concluiu Filber. “Netanyahu me disse que precisava de alguém mais profissional”.

Sobre sua relação com a família, Filber afirmou que “é considerado” até hoje “persona non grata” para Sara. Ao longo dos anos, ela não me perdoou. Assim é trabalhar para Netanyahu”.

Em mais um escândalo que faz balançar o primeiro-ministro Bibi, com muitos analistas de seu país dizendo que ele está nos seus últimos dias no poder, um israelense considerado confidente de Netanyahu está sob suspeita de ter oferecido a uma juíza o cargo de procuradora-geral desde que arquivasse um processo contra Sara. O tal “confidente” é Nir Hefetz, que atuou como porta-voz de Bibi e Sara, e que teria oferecido a função à juíza, Hila Gerstl.

Sara foi indiciada em 2017 por fraude e quebra de confiança por excessos em gastos com buffets usando, para este fim, US\$ 102.000 de dinheiro público. O casal culpou o mordomo, Meni Naftali, por “inflar” os gastos com sua residência.

A polícia israelense já recomendou, em 2016, que Sara Netaniahu seja julgada por receber itens sob circunstâncias graves e pelo uso de fundos públicos para despesas privadas.

GABRIEL CRUZ

# Trump: saída para chacinas nas escolas é 'armar os professores'



## Protestos contra chacinas nas escolas ocorreram ainda na Virgínia, Califórnia, etc. Estudantes invadem o Capitólio da Flórida para exigir mudanças nas leis sobre armas

Aos brados de “sirva o povo, não o seu bolso”, “nunca mais” e “vergonha sobre vocês”, uma multidão de estudantes, que invadiu nesta quarta-feira (21) o Capitólio estadual da Flórida em Tallahassee, protestou contra o massacre da semana passada na escola pública Marjory Stoneman Douglas em Parkland e exigiu que a bancada da bala pare de impedir a mudança das leis para venda de armas de forma a, pelo menos, dificultar a repetição das tragédias.

Estudantes ocuparam galerias e deitaram no chão, para simbolizar os mortos da Marjory e de outras escolas. Debaxo do canto ensurdecedor, muitos dos legisladores fugiram

pelos portas laterais.

Milhares de estudantes se reuniram diante do parlamento do estado. Os sobreviventes de Parkland foram recebidos pelos estudantes das escolas locais, que manifestaram seu apoio.

Em outros atos de solidariedade, centenas de estudantes do ensino médio de Maryland se dirigiram até Washington, para repelirem a epidemia de massacres em escolas diante do Capitólio. Houve protestos também na Virgínia, na Carolina do Norte e na Califórnia.

Antes da chacina da Marjory, havia ocorrido em 2016 o ataque a uma discoteca em Orlando que matou 49, seguido no ano seguinte por outro no

Aeroporto Internacional de Fort Lauderdale, que matou cinco. Como “resposta”, a bancada da bala da Flórida estava propondo permissão para circular com armas em tribunais e aeroportos, bem como o uso de armas de mão sem autorização.

Agora, o presidente do senado estadual, o republicano Joe Negron, está propondo que o prédio da escola Marjory se torne um “memorial às vítimas”. Aventa-se ainda retornar a idade mínima para comprar um rifle de assalto para 21 anos e estabelecer um “período de espera” de três dias para o comprador tomar posse do AR-15. Quem sabe, com três dias o psicopata pensa melhor?

## Russiagate: Mueller acusa 13 manés que mal sabem inglês de virar a eleição para Trump

A montanha pariu um rato. Tentando escapar do nó no pescoço lançado pelo relatório Nunes, sobre a complô entre as agências de inteligência e Hillary para grampear Trump durante a eleição, ocultando que o dossiê Steele havia sido encomendado e pago pelos democratas, a investigação de Robert Mueller sobre o Russiagate acusou “13 russos e três entidades russas” – uma delas, uma “fábrica de trolls” - de “ingerência” nas eleições presidenciais de 2016 e de querer “dividir os americanos”.

O jornalista do New Yorker, Adrian Chen, que já tratou em 2015 da “fazenda russa de trolls” de São Petersburgo, a IRA (Agência de Pesquisa de Internet), desinflou de uma só espetadela o balão de Mueller: “são 90 pessoas com um domínio frágil do inglês e uma compreensão rudimentar da política dos EUA fazendo postagens de bosta [shitposting] no Facebook”. Dos 300-400 empregados, 90 são do “departamento americano”.

Também o fundador do WikiLeaks, Julian Assange, desmascarou a fragilidade das piruetas de Mueller. “Os EUA têm 320 milhões de pessoas e um setor de mídia e cultura de trilhões de dólares que emprega mais de um milhão de pessoas. Não considero que seja possível dividir a América tentando ‘aumentar as divergências’ com uma centena de trolls”.

Se, como já atestou o Facebook, os anúncios russos foram “0.004% do total” no período e, ainda, segundo o vice-presidente de publicidade, Rob Goldman, a maior parte “aconteceu após a eleição”, então como poderia ter a Rússia intervindo no resultado ou supostamente favorecido Trump? Pressionado pelo Facebook, ele fez meia volta, mas aí o estrago já estava feito.

Outra questão é como o pequeno volume de dinheiro usado pelos russos para impulsionar postagens no Facebook e Tweeter – mecanismos absolutamente corriqueiros nos dois gigantes da internet – poderia fazer frente aos gigantes montantes gastos nas campanhas de Hillary (US\$ 768 milhões) e Trump (US\$ 398 milhões), o que, incluindo as campanhas legislativas, ultrapassou os US\$ 2 bilhões.



Time festeja ingerência para salvar seu bebom Yeltsin

O site The Duran assinalou ainda que o relatório de Mueller é literalmente um “copia-e cola” de um artigo de 2015 da Rádio Free Europa Ucrânia sobre a “fábrica de trolls de São Petersburgo” – isto é, originalmente, foi redigido pelo CIA.

### FARSESCO

O caráter farsesco de toda a “investigação Mueller” é destacado pelo ex-subsecretário do Tesouro de Reagan, Paul Craig Roberts: “Note que depois de dizer [por cinco minutos] que os russos estão indiciados por interferir na eleição, na marca de 5 minutos e 20 segundos Rod Rosenstein diz que não há evidências de que os russos tenham afetado as eleições! Então o que temos é o vice-procurador-geral dos EUA que anuncia uma acusação para a qual ele diz que não há provas!”

Outro aspecto da opereta bufa de Mueller, o das contas e perfis fictícios atribuídos ao IRA, foi demolido por Assange, que notou o ponto 95 da acusação, em que o investigador especial

reconhece que os acusados “também usavam as contas para receber dinheiro de pessoas nos EUA em troca de postagem e anúncio nas páginas de mídia controladas por eles, cobrando entre 25 e 50 dólares”.

Assim, conforme Assange, o que se tratou foi de trolls russos gastando milhares de dólares em anúncios no Facebook para aumentar a audiência – algo que é muito comum e encorajado pelo Facebook. É assim que o Facebook ganha dinheiro e como grupos criam uma audiência, que pode ser vendida aos anunciantes que desejam segmentar esses grupos. Em outras palavras, o que o IRA faz é operar um negócio de marketing spam e de mídia social, e não uma operação de “semear a discórdia”. E o Russiagate não passa de um “nothingburger”, um sanduíche de nada, para justificar nova carreira armamentista e encher de dinheiro o Pentágono e a indústria bélica, ameaçar a Rússia e, se der, impichar Trump. A.P.

A desatinada ‘proposta’ de Trump na verdade já havia sido feita pela bancada do Rifle no parlamento da Flórida quando foi rechaçada pela Federação de Professores do estado

Ao receber na Casa Branca alunos sobreviventes, professores e familiares das vítimas do massacre na escola Marjory Stoneman Douglas – ocorrido na última quinta-feira (14) na Flórida – e ainda das tragédias em Columbine (1999) e de Sandy Hooks (2012), o presidente Donald Trump sugeriu nesta quarta-feira (21) que “professores e diretores” sejam autorizados a “portar armas dentro das escolas”.

A audiência foi convocada para dar a Trump a oportunidade de encenar – especialmente em ano eleitoral – que se preocupa com a ‘epidemia de massacres’ nas escolas e que está fazendo alguma coisa contra, ao mesmo tempo em que não abre mão da apologia do cartel do rifle sobre posse e uso irrestrito de armas, tão do agrado do seu eleitorado.

Na semana passada, um ex-aluno de 19 anos invadiu ensandecido a Marjory e matou a tiros de fuzil AR-15 semiautomático 14 estudantes e três funcionários, além de ferir 14. Desde o início do ano, já foram 18 chacinas em escolas nos EUA, em 13 estados.

### “SUSTENTAR O FOGO”

“Muita gente será contra” [armar os professores] – admitiu Trump –, “mas muitos serão a favor. O bom é que haverá muita gente apoiando esta ideia”. O desatino na verdade já foi levado antes pela bancada da bala ao parlamento da Flórida, mas foi rechaçado pela Federação de Professores do estado. Na segunda-feira, manifestantes já haviam repudiado diante da Casa Branca a epidemia de massacres nas escolas e também cantaram “ei, ei, NRA (o cartel do rifle), quantos garotos você já matou hoje?”

Nem chega a ser propriamente uma surpresa quem diz que “meu botão nuclear é maior”, também ache que vai barrar massacres a esmo, causados pela desagregação, desigualdade, brutalização, apologia da guerra e miséria espiritual da sociedade americana, “armando professores e diretores”.

Houve quem tentasse chamar Trump à razão. Como Mark Borden, que no ataque à escola Sandy Hooks perdeu um filho de cinco anos, e cuja esposa é professora. Ele lembrou que os professores já têm responsabilidades demais e “não podem ser sobrecarregados com lidar com psicopatas” e enfrentar Brandon Thompson argumentou que os educadores estão sujeitos à instabilidade emocional e a usar de forma inadequada uma arma, e por isso se deveria manter a proibição atual a armas em escolas e campi.

### “MI LAI DE VOLTA”

O massacre da escola Marjory é especialmente simbólico, por se tratar de um atirador com graves problemas mentais, condição já identificada e reiterada nas redes sociais, a quem faltou a assistência médica e social. Ainda assim, ele pôde, conforme a lei da Flórida, comprar um AR-15, arma de guerra, e reeditar numa escola, de forma quase ritual, os morticínios cometidos pelas tropas ianques no mundo inteiro, gratuitos, horripilantes, mas glorificados pela mídia e por Hollywood. E Mi Lai de volta ao lar.

A cada novo massacre numa escola – ou num cinema, ou num show –, o



Como dizem os professores...

establishment busca simplificar o problema, como se fosse - ou não - apenas o “controle de armas”. Mas o cineasta do “Tiros em Columbine”, Michael Moore, que abriu o debate sobre essas tragédias, já reiterou que “há as armas mas não é só as armas”. Ele comparou como há “um montão de armas no Canadá”, mas o número de homicídios é infimo. “A cultura canadense é muito similar à nossa, e no entanto as crianças não crescem com o desejo de matar umas às outras”.

Conforme compilação do Washington Post, desde o massacre de Columbine em 1999, 150 mil alunos das escolas primárias e secundárias dos EUA presenciaram um ataque a tiros no seu local de estudo e mais de 400 morreram. No mesmo período, os EUA bombardearam e mataram 10 mil civis na Iugoslávia; mataram meio milhão de crianças no bloqueio ao Iraque e mais de um milhão de civis posteriormente na invasão de 2003, além de Abu Graib, e mataram dezenas de milhares de civis com bombas e drones no Afeganistão. Bombardearam até à destruição a Líbia e assassinaram seu líder, Kadhafi. E mais: organizaram golpes e intervenções em dezenas de países, os mais notórios na Ucrânia, colocando no poder os nazistas, e na Síria, matando quase meio milhão e empurrando um milhão de refugiados para a Europa. Oficializaram a tortura e, com as sanções, tentaram matar pela fome milhões no mundo inteiro. Agora, falam em tornar “mais utilizáveis” as armas nucleares.

Andrew Pollack, que perdeu uma filha, Meadow, no massacre da Marjory, ainda acha que só depende de mais leis anti-armas. “Estou furioso. Deveria ter acontecido um único ataque a tiros em uma escola e deveríamos ter resolvido isso de uma vez”. “Vamos acabar com isso. Eu não vou parar enquanto não acabarmos com isso. Falo por ela porque não está mais aqui”.

A indignação vem se estendendo ao país inteiro e há uma marcha a Washington marcada pelos sobreviventes da Marjory no dia 24 de março. “Os estudantes são o que há de diferente desta vez”, afirmou Kate Kile, da entidade “Mães que Exigem Ação pelo Bom Senso nas Armas”, que se dedica há anos a deter a bancada da bala. Aonde isso vai dar preocupa a senadora democrata estadual da Flórida Lauren Book, que busca um entendimento “bipartidário”. “Há muito pouca margem de erro. Não há muito tempo. E eu acho que há alguns que são incendiários e querem lançar pedras e criar estragos porque têm suas próprias agendas”.

ANTONIO PIMENTA



Prisão símbolo da tortura, desde W. Bush

## CIDH convoca EUA a fechar prisão ilegal em Guantánamo

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) voltou a condenar, na terça-feira (20), a decisão do governo dos Estados Unidos de manter aberto o centro de torturas de Guantánamo, em Cuba. Prisão criada após os atentados de 11 de setembro de 2001, o local – apesar das denúncias sobre os crimes praticados contra a humanidade – nunca pôde ser inspecionado, ficando completamente à margem da lei internacional.

“A Comissão reitera seu chamado urgente aos Estados Unidos para o fechamento imediato das instalações da Base Naval na baía de Guantánamo”, afirma a CIDH, no manifesto em que repudia a decisão recentemente anunciada por Donald Trump. Conforme dizia Obama, justificando a manutenção, o local foi criado para abrigar “combatentes inimigos” sequestrados ilegalmente pelos EUA fora do seu território.

A prisão chegou a abrigar centenas de prisioneiros, que foram mantidos em um limbo legal, sem qualquer sentença e nem mesmo julgamento. Neste momento, ainda há 41 detidos, entre eles Jalid Sheij Mohammed, suposto responsável pelos atentados, cujo processo está paralisado há anos. “A detenção contínua e indefinida de pessoas em Guantánamo sem o devido processo é arbitraria e constitui uma clara violação às normas internacionais”, sublinhou o presidente da CIDH, Francisco José Eguiguren.

Organismo autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA), a CIDH solicitou inúmeras vezes ao governo norte-americano para inspecionar o local e teve absolutamente todos os pedidos – em 2007, 2011, 2013 e 2015 – negados. “O anúncio da recente Ordem Executiva de Trump representa a clara intenção do Estado de descumprir com estas medidas”, enfatizou a CIDH, com a autoridade de ter sido a vanguarda na defesa dos direitos humanos dos sequestrados, já em 2002, dois meses após terem chegado à prisão.

Com o título “Até o fechamento de Guantánamo”, a Comissão publicou um informe em 2005 em que afirmava que “há muito tempo os EUA deveriam ter fechado estas instalações, que se transformaram em símbolo de abuso ao redor do mundo”.



## DDHH da ONU denuncia violência no campo ONU: ‘deslocamento forçado de indígenas persiste na Colômbia’

A Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e o Alto Comissariado da ONU para Refugiados (Acur) lançou comunicado, no domingo (18), alertando para a violência que atinge as comunidades rurais da Colômbia, mesmo após a assinatura dos acordos de paz entre a guerrilha e o governo.

“Expressamos nossa preocupação sobre a persistência do deslocamento forçado de populações indígenas e de comunidades agrícolas nas áreas rurais de Cáceres, que do dia 19 de janeiro até hoje afetou ao menos 822 pessoas”, especifica o documento. Conforme a ONU e inúmeras organizações de direitos humanos, também preocupa o aumento do número de assassinatos na área de Bajo Cauca.

Antes controladas pelos guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) - que se desmobilizaram após cinco décadas a

partir da assinatura dos acordos de paz de 2016 – as áreas foram tomadas por narcotraficantes, que têm espalhado o terror entre as comunidades. Os narcos agem abertamente como instrumentos da ultradireita – cujos mercenários são historicamente vinculados aos Estados Unidos – e que, além da coca, ampliam seus ganhos com o controle da mineração ilegal.

Convertida em partido, a Força Alternativa Revolucionária do Comum (Farc) – que disputa as eleições presidenciais de 27 de maio – anunciou recentemente a suspensão temporária da sua campanha por absoluta “falta de garantias”. Seu principal dirigente, Rodrigo Londoño Timochenko, antigo comandante do maior grupo guerrilheiro do país, e candidato a presidente, vinha sendo constantemente agredido por grupos não identificados, por não dispor de qualquer proteção da polícia ou dos órgãos de segurança do estado.

# Vietnã, em 2018: 50 anos da ofensiva do Tet

Recentemente, nosso amigo e colaborador Eduardo Costa – esta figura de médico, professor, secretário de Saúde do governo Brizola, político e intelectual brasileiro – esteve no Vietnã. O texto abaixo, consequência desta viagem ao país de Ho Chi Minh e Vo Nguyen Giap, celebra uma das maiores vitórias da Humanidade sobre a barbárie imperialista, um episódio de heroísmo

somente comparável à Stalingrado e outras vitórias soviéticas na II Guerra - ou, em outra época, ao combate de Leônidas e seus bravos nas Termópilas. Com a diferença que, como em Stalingrado, o inimigo foi derrotado, e de forma inapelável – a tal ponto que se pode dizer que ali se decidiu a guerra. Portanto, leitores, sem mais delongas, ao texto de Eduardo.

C.L.

EDUARDO COSTA\*

Em 30 de janeiro de 1968 se celebrava o início do “Tet”, ano novo lunar no Vietnã, então dividido pela ONU na altura do paralelo 17, com uma estreita zona desmilitarizada que separava o sul (capital Saigon) do norte (capital Hanoi).

O General Giap do Exército Popular do Vietnã, herói da expulsão dos franceses em Dien Bien Phu, em 1954, Comandante do Exército Popular do Vietnã (do norte) e da Frente de Libertação Nacional do Vietnã (do Sul), os vietcongs, em resposta à ditadura brutal implantada pelo Governo de Thieu e Cao Ki, que como a maioria de seus antecessores eram militares a serviço da Embaixada dos EUA, e em resposta aos bombardeios americanos ao Vietnã do Norte, planifica a “Ofensiva Global e Levante”, em tres fases.

A primeira, iniciando-se no dia 30 de janeiro, atacava de surpresa todo o território controlado pelas forças americanas e sul-vietnamitas ao mesmo tempo. A inteligência americana e a informação obtida sob tortura sul-vietnamita não detectaram a movimentação. Os americanos não tinham ideia da capacidade militar Vietcong, a quem tratavam como ratos em tocas, e falavam da vitória iminente, por seu alto poder de fogo e modernas armas e equipamentos.

A presença americana no Vietnã, à época de Eisenhower, era só com assessores e dinheiro “leve” para corrupção (fora do orçamento controlado pelo parlamento americano), suprimentos e armamento. Visava assegurar seu abastecimento de tungstênio e estanho, além dessa posição estratégica na Ásia, e atender aos propósitos na Guerra Fria.

Em 1962, no Governo Kennedy, o número de “assessores” americanos no Vietnã do Sul pularia de 1.500 para 15.000, infiltrando, como Defesa Civil, agentes militares. Em 1965, com Johnson, começaram os ataques aéreos às posições ao norte do paralelo 17. O ano acabaria com 200 mil soldados americanos em solo vietnamita. Logo, em 1966, o Comandante Westmoreland da operação dos EUA no Vietnã, descobriu que não adiantava “procurar e destruir” (Search and Destroy) os guerrilheiros. Os vietcongs ocupavam áreas e, se atacados, ofereciam pouca resistência e escapavam; depois voltavam. Por isso, visando cortar os suprimentos ao Vietcong, bombardeios sistemáticos de cidades da República Democrática do Vietnã, mesmo sem foco militar direto, começaram, destruindo moradias, escolas, asilos, hospitais. Nada a procurar: só contabilizar mortos nas terras estrangeiras que tivessem olhos mais puxados. Perto da zona desmilitarizada, a principal base

americana era Khe Sanh, na província de Quang Tri, muito próximo de Hué, a antiga capital imperial, de extrema importância pois se situa na parte mais estreita do território vietnamita, entre o mar da China e a fronteira com o Laos, que possibilitava a evasão de guerrilheiros. Da Nang, não muito longe, servia como aeroporto para os suprimentos militares e, em especial, para as armas incendiárias e químicas (especialmente napalm e os desfoliantes contendo dioxinas) que começaram a ser usadas para desalojar guerrilheiros das florestas e para destruir plantações. Dela saíam também os aviões (B52) para bombardeios, que despejaram 60 toneladas de bombas em cidades como HaiPhong e Hanoi.

Khe Sanh e Da Nang foram atacadas duramente, com artilharia e morteiros, pelo Exército Popular Nortevietnamita. A base foi sitiada por cinco meses, apesar da concentração militar pelo envio de mais e mais reforços aéreos americanos.

Mais de 100 cidades e vilas foram atacadas, inclusive as maiores capitais de províncias do sul, desafiando e imobilizando grande parte do Exército sulvietnamita e norte americano. O objetivo não era ocupar indefinidamente, senão por dias as cidades (de fato já havia áreas liberadas no delta do Mekong de forma permanente), mas, sim, tornar visível a todos a dimensão da resistência, mostrar a força e a ética revolucionária – uma estratégia de propaganda nacional e mundial, em particular à ONU. Saigon foi cercada e foram feitas ações relâmpagos, algumas suicidas, por grupos pequenos, sendo a de maior repercussão a ocupação da Embaixada americana por algumas horas para o show fotográfico. Os vietcongs chegaram a controlar cerca de 80% da cidade, instalando um tribunal popular.

Com a repercussão, os objetivos estratégicos de Ho Chi Minh se consolidavam e Thant já advogava o fim dos bombardeios americanos às cidades norte-vietnamitas. Já em 8 de fevereiro, um dos candidatos potenciais às eleições americanas, Senador Robert Kennedy, se manifestava em Chicago, dizendo que o Governo de Saigon “é totalmente inepto”, e que os ataques comunistas no Vietnã “destruíram a máscara oficial que ocultava a verdadeira situação”.

O primeiro balanço, há menos de um mês do início da ofensiva (em março começaria a fase II), dava conta que as forças americanas já haviam perdido 2.769 aviões (JB de 25 de fevereiro de 1968). O número de mortos divulgado pelo departamento de estatística americano foi 45 mil soldados americanos e um milhão e meio de vietnamitas do sul e norte, sem distinguir população civil e militar, incluindo as crianças (os fatos apontam



Foto Eduardo Costa



Acima, Ho Chi Minh e Vo Nguyen Giap e, ao lado, estátua de Ho Chi Minh na antiga Saigón, hoje cidade Ho Chi Minh

paz – a paz chegou, agora a luta é pela vida melhor”.

A paz afinal mudou tudo: o Vietnã cresce a taxas elevadas (2017: 6,7%). O PIB per capita é ainda 40% menor do que o Brasil. Ainda que seja um dos maiores exportadores de arroz e café, a sua industrialização é crescente, no modelo que chamamos de asiático ou nacional-desenvolvimentista. Já é o primeiro destino turístico da Ásia em termos de número de visitantes.

Alguns dados sociais são comparáveis aos do Brasil, desde 2015: expectativa de vida de 75 anos, mortalidade infantil de 17 por mil nascidos vivos. A prioridade máxima é para educação, o que se reflete nos gastos do país: 15% do PIB (Brasil 6%), enquanto que para a saúde é de 4% (Brasil, 6%).

Digno de registro nessa comparação são os índices de mortes violentas: a taxa de mortalidade por acidentes em geral é de 9,42 por cem mil habitantes (Brasil: 24,3) e a taxa de mortalidade por assassinatos (intencionais) é de 1,4 por cem mil (Brasil: 29,9).

Os 50 anos do Tet devem ser comemorados também no resto do mundo pelos efeitos que teve na arrogância dos Governos americanos na década de 60 e 70. De outro lado, não há como não reconhecer o patriotismo, inteligência e coragem do povo vietnamita. Em 30 anos (de 1945 a 1975) eles não só expulsaram japoneses, franceses e americanos, como deram um chega prá lá na China.

\* Eduardo de Azeredo Costa, (medico-sanitarista, professor titular da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz – aposentado), escreve como cidadão.

para uma guerra étnica e genocida empreendida pelo Governo dos EEUU).

Completamente acuado, quando o sítio foi aberto pelo sul da base de Khe Sanh, o General americano Westmoreland mandaria desativá-la às pressas, destruindo tudo para que não caísse nas mãos dos norte-vietnamitas, enquanto os combatentes do sul desertavam. Ainda assim, comemorava como se fosse vitorioso: o Governo de Thieu não cairia e não ocorreria uma sublevação geral no sul. Essa “vitória” de Pirro americana levou a que Johnson, com seus problemas nos Estados Unidos pela opinião pública alertada para o tamanho do conflito, com passeatas contra a guerra e muitos chorando seus jovens mortos, decidisse em outubro suspender os bombardeios ao Vietnã do Norte e assim oferecer um diálogo para restabelecer a paz “com honra”.

A saída total dos Estados Unidos do território vietnamita ainda demoraria cerca de quatro anos quando hou-

ve o acordo de cessar-fogo tomado em Genebra, em 1973. Em mais dois anos, o Vietnã seria reunificado, passando a se chamar República Socialista do Vietnã. Saigon passaria a se chamar Cidade de Ho Chi Minh.

Nesses dias um filme de Steven Spielberg, chamado “Post”, abre uma fresta para os mais jovens, pela janela do direito à informação, às mentiras dos governos americanos sobre a Guerra do Vietnã - como se isso não mais acontecesse. Mais antigo, de 1974, o documentário “Corações e Mentas” de Peter Davis, mostra a iniquidade da Guerra infligida de maneira torpe pelos governos americanos.

O acesso, sem responsabilização, aos arquivos americanos é sempre uma esperança: daqui a 50 anos saberemos melhor o que se passa hoje no Brasil, como já ficamos sabendo do conluio de Kennedy e Johnson com o golpe militar de 1964.

A celebração pelo Governo do Vietnã pelos 50 anos da Ofensiva do Tet, ao que se

referem como “Mâu Thân 1968”, contou com um artigo do Presidente Trần Dai Quang, que diz: “O grande espírito da ofensiva continuará a encorajar fortemente o Partido, o povo e o exército do Vietnã a superar as dificuldades e desafios enquanto busca novas oportunidades para desenvolver o Vietnã num país moderno, industrializado.” Discursos do Secretário Geral do Partido Comunista, Nguyen Phu Trong, e do primeiro-ministro Nguyen Xuan Phuc, ressaltaram o patriotismo e a auto-determinação de unificar o país de modo soberano.

Hoje, o Vietnã vive outros tempos. No Museu dos Vestígios da Guerra, em Saigon, podem-se ver fotos e até, com grande sutileza, fetos e bebês deformados preservados, que morreram em consequência dos desfoliantes jogados pelos aviões americanos sem pudor. Mas, nenhum rancor transparece nos contatos que se faz com vietnamitas: “a guerra acabou, não temos mais inimigos”; “os americanos não são mais os mesmos!” “sempre lutamos pela